

# CONTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA AO ESTUDO DA PESCA NO LITORAL DE SANTA CATARINA

PAULO FERNANDO DE ARAÚJO LAGO

Geógrafo do DEGC de Santa Catarina e  
professor de Geografia do Brasil na Faculdade  
Catarinense de Filosofia

## INTRODUÇÃO

Apesar de possuir extensa costa (7 500 quilômetros aproximadamente) rica em grandes rios carreadores de alimentos para os habitantes marinhos, e, a despeito de apresentar mais eloqüente densidade demográfica em áreas litorâneas, onde se desenrolou o processo de ocupação humana e em que a extração pesqueira exerceu papel de importância, o Brasil apresenta ínfima parcela na produção mundial de pescado.

Em 1957, por exemplo, ocupava o 26.<sup>o</sup> lugar com aproximadamente 220 000 toneladas. Comparando esta cifra com a de alguns países notaremos mais exatamente a insignificância da tradicional atividade que persiste apresentando em grande parte, baixo grau técnico. No mesmo ano de 1957, a produção de Angola foi superior a 400 mil toneladas, a da União Indiana quase atingiu 1 milhão de toneladas e a da Indonésia elevou-se a 630 mil toneladas.

Considerando-se que os citados produtores não são os mais importantes, mas que, como no Brasil, se situam amplamente em regiões trópico-equatoriais, sabidamente propícias à pesca em larga escala, como melhor apontaremos adiante, já se pode sentir a influência de vários fatores que pesam na produção pesqueira.

---

NOTA EXPLICATIVA — O presente trabalho é resultado preliminar de estudos que temos feito sobre um dos fatos de grande importância para a compreensão de realidades da área litorânea catarinense: a pesca.

Pretende ser apenas uma contribuição ao esclarecimento de problemas humanos, sociais e econômicos relacionados com aquela atividade, possibilitada pelo apoio que nos foi dado pela direção do Departamento de Geografia e Cartografia de Santa Catarina.

Queremos ressaltar a validade das colaborações prestadas pela Prof.<sup>a</sup> MARLY BUSTAMANTE, auxiliar de geógrafo do mesmo Departamento, e de VALDIR FAUSTO GIL, os quais tanto nos estimularam quanto fizeram sugestões e críticas apreciáveis ao trabalho.

Demais membros do DEGC que atuaram no setor de ilustrações e nos acompanharam nos trabalhos de campo, como os Srs. ODAIR SILVA, VALDIR MIRA, OSMAR COELHO, CÉLIO MEDEIROS, HÉLIO LANGE e JÚLIO DE AZEVEDO igualmente merecem nossos profundos agradecimentos.

Da Faculdade Catarinense de Filosofia também recebemos valiosas ajudas, do fotógrafo EUGÊNIO MÜLLER, e dos alunos NEIDE DE OLIVEIRA, MILTON DIGLIACOMO e IVONE ALMEIDA.

De grande significado foram as informações e estímulos que recebemos dos Srs. UBIRAJARA TIMM, T.<sup>te</sup> AUGUSTO GRUNEWALD e Cap. C. A. CARVALHO.

A todos que cooperaram de um modo ou de outro e que assim se interessaram pelos problemas humanos do estado de Santa Catarina, ficamos eternamenté grato.

O autor

Simple observação em tórno dos processos de obtenção do pescado permite-nos que expliquemos parcialmente a baixa produtividade nesse setor de economia primária, já que o equipamento técnico é, via de regra, extremamente rudimentar, cujo efeito se soma às formas desorganizadas de aproveitamento dos produtos da pesca.

Expressando-se sôbre a questão da possibilidade do desenvolvimento da atividade pesqueira, RODRIGO DUQUE ESTRADA admite a importância do fator administrativo: "Embora seja lamentável nossa posição entre os produtores mundiais, temos tôdas as condições para um rápido progresso da pesca nacional, sendo possível dobrar ou triplicar a nossa produção em menos de cinco anos, desde que se estabeleça um plano racional e não burocrático, mediante a participação das emprêsas e armadores existentes, e pequenas alterações da legislação que rege o assunto". Mais abaixo conclui: "O Brasil precisa urgentemente de 400 mil toneladas de pescado para atender aos suprimentos ora exigidos, e também para liberar uma parte da carne a fim de ser exportada"<sup>1</sup>.

Ainda que, em parte, façamos côro com as afirmações acima, em hipótese alguma restringiremos os problemas ligados ao desenvolvimento da economia pesqueira à esfera administrativa, situando-a como fator dominante, se atentarmos nas numerosas pequenas zonas onde a atividade se manifesta e que apresentam problemas particularizados. Condições do meio geográfico litorâneo natural, freqüentemente associadas a outras de natureza social e econômica, impedem soluções de generalizada aplicação. O problema se complica demasiadamente para se esperar desenvolvimento da economia pesqueira à base de precipitadas intervenções puramente administrativas. O conhecimento dos fatos vinculados ao comportamento e dimensões da fauna marinha, já por si representa imensa dificuldade para cuja remoção seriam necessários minuciosos e extensos estudos que deveriam anteceder a quaisquer tentativas de se avolumar a produção bruta do pescado.

É buscando uma contribuição geográfica à compreensão do complexo da atividade pesqueira no litoral de Santa Catarina que empreendemos o presente trabalho.

O estado de Santa Catarina, aliás, vem sendo alvo de estudos diversos sob os auspícios do Plano Nacional de Pesca que aqui intenta desenvolver a atividade. Em outra oportunidade efetuaremos considerações ao Plano Pilôto destinado a orientar as realizações no referido setor de economia extrativa. Por ora, lembraremos o significado que a pesca possui, em relação à maioria dos estados litorâneos. Por exemplo, segundo dados do Serviço de Estatística da Produção nota-se, além do mais, a importância que a pesca apresenta em relação a outras fontes de atividade produtiva do estado.

---

<sup>1</sup> "A Pesca" — In *Revista Brasiliense*, n.º 19 — 1959 — São Paulo.

As seis unidades da Federação, indicadas como as de maior produção bruta de pescado, indicaram o montante seguinte, para o ano de 1957:

ESTADOS	Quantidade em toneladas	Valor em Cr\$ 1 000
São Paulo.....	35 161	373 321
Maranhão.....	33 352	356 113
Rio Grande do Sul.....	27 407	150 000
Distrito Federal *.....	24 765	273 549
Rio de Janeiro.....	17 765	170 848
Santa Catarina.....	15 772	190 440

\* Atual estado da Guanabara.

Pelos dados oficialmente computados, Santa Catarina ocupa o sexto lugar na produção bruta e o quarto quanto ao valor da produção. Infelizmente, os números assinalados não podem ser completos e exatos. A atividade da pesca obedece a formas de economia mais bem categorizadas como pré-capitalista, principalmente quando se tem em vista o Brasil e, de modo particular, algumas unidades da Federação. O controle sobre dados de produção industrial, (sabendo-se que tais indústrias são altamente precárias e dispersas), consumo local e quantidade real extraída, torna-se difícil, bem como a simples estimativa. Assim sendo os informes oficiais, mesmo quando corretamente coletados, não exprimem senão parcela de realidade da produção.

Entretanto, a análise de outros aspectos relacionados com a produção será de imensa valia para a formulação de medidas administrativas, tendentes ao desenvolvimento da economia pesqueira, ou, para não sermos tão ambiciosos, nos fornecerá elementos importantes para a compreensão mais globalizada do problema.

No decorrer do presente trabalho procuraremos, justamente, contribuir para o esclarecimento dessa marcante função da pesca nos fatos sociais e econômicos de áreas litorâneas de Santa Catarina. E melhor seria se disséssemos — funções — porque a pesca se insurge como complexo de relações entre o homem e o meio geográfico. É um dos fatos geográficos mais exaltados no litoral catarinense que, particularmente, em vista da Região Sul, apresenta elevada densidade demográfica. Os produtos da pesca participam expressivamente como meios alimentares e de sobrevivência econômica de grande número de indivíduos, provavelmente, superior a 50 mil familiares de dependentes diretos e indiretos, localizados em áreas onde os recursos da agricultura e da criação são de baixa produtividade.

A atividade da pesca nem por isso será categorizada como básica, senão em exemplos esporádicos, isto é, quando levamos em conta núcleos individuais de pesca. O fraco índice de comercialização do pescado é incapaz de condicionar mais sentida extensão dessa forma de extração animal, e, conseqüentemente, a capacidade de absorção de elementos humanos que pudessem inscrever-se em típico gênero de vida, é redu-

zida. Há que se considerar também a impraticabilidade do exclusivismo da pesca como atividade econômica entre indivíduos que, de um modo ou de outro, a ela estão ligados, em face do caráter instável que apresenta. Tudo isto se infletirá inevitavelmente na diversificação da atividade econômica. A agricultura e, mais raramente, a pequena exploração bovina, acompanham a atividade pesqueira.

Ao se analisarem determinados núcleos populacionais, rotulados como de “pescadores”, nem sempre é a pesca, em realidade, a economia dominante.

Entretanto, entre as dispersas zonas mais expressivas de pesca, nota-se uma característica comum, estampada no baixo padrão de vida do efetivo humano, quer o mesmo se empenhe na agricultura, tornando-a principal atividade, quer esteja ele absorvido inteiramente pela pesca.

As condições de vida, deficientes para a grande totalidade dos casos, sugerem medidas que se voltam ao desenvolvimento da atividade, já que as potencialidades do mar, mesmo em trechos próximos à costa são praticamente desconhecidas e, assim sendo, se oferecem como possibilidades ao desenvolvimento da pesca. E, nesse aspecto também atua como fator de incentivo, o constante crescimento demográfico de centros litorâneos próximos, o que significa provável expansão de mercados consumidores locais. Além do mais, sente-se necessidade de se intensificar a produção pesqueira para atender a importantes regiões cuja força dinâmica de expansão provoca a elevação da demanda de produtos do mar.

## I — FUNDAMENTOS FÍSICOS DA PESCA

### ASPECTOS FISIAGRÁFICOS DO LITORAL CATARINENSE

#### a) *Morfologia costeira*

Tendo em vista que o fato “pesca”, se relaciona com outras atividades, que também respondem pela fixação do elemento humano em paisagens costeiras, tentaremos evidenciar algumas conexões entre o tema central e o quadro geográfico, no qual ele se inscreve. Resumiremos algumas observações que julgamos de importância para a melhor visão de conjunto do fato: A extensa costa catarinense, situada entre as latitudes aproximadas de 26° S a 29° S, é fundamentalmente caracterizada, em seus traços geológicos, pela presença de terrenos cristalinos, arquenanos, e por formações sedimentares recentes do quaternário. Depreende-se que se verifica um processo de regularização do litoral, o qual, por ser recente, exalta a diversidade paisagística pelo contraste decorrente da morfologia sedimentar e cristalina.

Sumarizando, vê-se, ao norte, a presença dominante de extensa planície sedimentar, aqui e acolá circundada por formações de manguezais, que vai desde a altura de São Francisco até a barra do rio

Itapocu, importante fluxo que drena a zona onde se instala o centro industrial de Joinville. Neste trecho já se salientaram, todavia, remanescentes de relêvo cristalino que funcionam como pontos de apoio para o mecanismo de deposição flúvio-marinha. A cidade de São Francisco, pôrto-escoadouro do norte do estado, e município de atividade pesqueira, assenta-se parcialmente em terrenos decompostos do embasamento e é circundada por terrenos sedimentares cuja progressão do processo de acumulação ligou a ilha ao continente, embora essa ligação tenha sido acelerada pelo "atêrro do Linguado", de obra humana.

Da barra do Itapocu para o sul, até a altura terminal da ilha de Santa Catarina, a costa é caracteristicamente movimentada em sua morfologia. As encostas do bloco cristalino atlântico caem tão mais abruptas quanto mais freqüentemente esbarram diretamente no mar. Quer dizer que não formam uma frente contínua e única, além de serem suavizadas pela ação erosiva prolongada que as rebaixou consideravelmente, não apresentando elas, em função também de outros fatores, altitudes mais elevadas como as que se verificam no litoral dos estados abrangido pelo bloco cristalino do Brasil Sudeste<sup>2</sup>.

Essa frente de encostas mais a prumo ficou seccionada em parte pelos rios que se orientam para o oceano, resultando disso numerosos vales que, em geral, comportam núcleos populacionais. No referido trecho, denominado litoral central, repetem-se as baías e enseadas, cujos fundos arenosos ou de manguezais marcam o contacto do mar com áreas planas extensas, algumas sujeitas a inundações, condicionadas pelas enchentes fluviais associadas à elevação do nível da base, por ocasião de marés oceânicas mais pronunciadas.

As "serras" litorâneas catarinenses, como acentua F. F. MARQUES DE ALMEIDA "consistem em montanhas de estruturas complexas maturamente dissecadas pela erosão normal, e que indicam acentuada adaptação do relêvo às estruturas"<sup>3</sup>. Essa complexidade estrutural, inflétida também em diversificada orientação dos esporões cristalinos, terminais das cristas montanhosas, é grandemente responsável pelo aspecto de retalhamento da paisagem litorânea. Por isso, sobretudo no trecho denominado litoral central, encontraremos profusa interpolação de pequenos pacotes sedimentares alojados nos terrenos cristalinos, como os que constituem porções últimas de vales fluviais, cuja deposição é mais intensa, devido à natural diminuição do declive em face da proximidade do nível de base geral. Os vales costeiros, na grande totalidade, são áreas de deposição flúvio-marinha. Nesse particular, salientam-se as desembocaduras do rio Itajaí-Açu, janela de notável zona de colonização estrangeira, e onde se estabelece o pôrto da cidade de Itajaí, o mais ativo do estado; e, mais ao sul, a do rio Tijucas, entalhado em extensa área sedimentar quaternária. Muito menos importante que o rio Itajaí-Açu, o Tijucas drena uma área economicamente mais pobre,

<sup>2</sup> *Brasil Tropical Atlântico* de E. DE MARTONNE. Implicam ambas, a despeito dos limites não coincidentes, os terrenos arqueanos orientais do centro-sul-leste brasileiro.

<sup>3</sup> "Contribuição à Geomorfologia da Região Oriental de Santa Catarina" in *Boletim Paulista de Geografia*, n.º 10 — março de 1952.

de considerável densidade demográfica de população rural empenhada em atividades agrícolas da cana-de-açúcar, do fumo e da pequena criação bovina.

O acidente de maior expressão morfológica e de maior importância para a pesca é representado pela ilha de Santa Catarina, a mais extensa das numerosas que enriquecem a paisagem morfológica litorânea. Além de ser a mais importante zona pesqueira, na ilha está estabelecida a capital administrativa do estado, Florianópolis, que apresenta crescente população, estimada em 1958 (incluindo a rural), em 90 mil habitantes. Trata-se, pois, de considerável mercado regional, sobretudo em relação ao consumo dos produtos da pesca.

A ilha de Santa Catarina é um conjunto de esporões cristalinos unidos pela sedimentação moderna que ainda se processa, o que facilmente se verifica pelo progressivo entulhamento das lagoas da Conceição e do Peri, que integram as feições morfológicas da ilha. A primeira ressalta, pela sua beleza panorâmica, exaltada pelas formações de dunas no lado oriental, sendo mais notável, porém, pela ativa pesca que se manifesta em suas águas, como analisaremos posteriormente. A do Peri, bem menor, de forma aproximadamente circular, em cujas proximidades também se encontram núcleos de pescadores, é encarada como futuro centro experimental de piscicultura, embora nada de concreto tenha sido realizado até então, nem mesmo planejado. A ilha de Santa Catarina, pela sua variada configuração, propicia à instalação de núcleos pesqueiros, pela presença de considerável mercado consumidor local, pela influência da colonização açoriana, constitui-se como a mais saliente zona de pesca do estado.

A partir da altura quase terminal da ilha de Santa Catarina, o litoral começa a se caracterizar pelo domínio de costas baixas, tomando aspecto pronunciadamente retilíneo, orientado de NE-SW. Descrevendo-o, assim se refere C. A. FIGUEIREDO MONTEIRO: “êsse trecho é caracterizado morfológicamente pelo acúmulo de sedimentação marinha empenhada na retificação do litoral”. E, continuando, “o terreno cristalino é, todavia, dominante nas proximidades de Garopaba que, por sinal é um núcleo típico de pescadores. O traço mais importante é dado pela existência de praias longas, de areias finas, em contínuo processo de avanço, volta e meia interrompidas por um acidente rochoso (cabos de Santa Maria, morro dos Conventos, etc. . .) que serviu de apoio ao mecanismo de deposição. Atrás das faixas dunárias das praias, em alguns trechos, já fixadas pela vegetação dos manguezais, ficaram represadas lagoas que, iniciando-se na ilha de Santa Catarina, continuam pelo trecho meridional do estado (Santo Antônio, Jararuna, etc. . .) e vão culminar no território rio-grandense (Patos e Mirim) <sup>4</sup>”.

Entre os portos de Henrique Laje e Laguna estende-se uma faixa arenosa, com terraços baixos e formações duníticas, que em suma cons-

<sup>4</sup> “A Pesca — Fundamentos Físicos”, in *Atlas de Santa Catarina*, edição do Departamento Estadual de Geografia e Cartografia — Série 2, n.º 2.

titui uma sucessão de tómbolos, os quais bloqueiam parcialmente o pôrto de Laguna. Nessa faixa, muitas famílias de pescadores são encontradas em acentuada dispersão, em virtude da pobreza do solo agrícola. Adentrando-se no sentido aproximado de SW-NE, as águas marinhas formam ambientes propícios à atividade pesqueira, em função do abrigo possibilitado pela configuração morfológica, como se verifica na chamada “lagoa de Imaruí”, nada menos que uma enseada dêsse “gôlfo” alongado, que é conhecido como laguna ou lagoa.

É também nesse trecho compreendido entre os dois portos mais meridionais do estado, que se enumeram os “sambaquis” e “concheiros”, reveladores, os primeiros, de atividade pesqueira pré-cabralinas, e ambos atualmente alvos de exploração econômica para fabrico de cal<sup>5</sup>. Outro aspecto a ser ressaltado refere-se ao fato de que, a partir de Laguna, o litoral se inflete mais para o SW e o processo de retificação torna-se mais evidenciado ainda que, no mesmo trecho, até Tôrres (Rio Grande do Sul); as mencionadas lagoas atestem a dinâmica de um processo de regularização ainda incompleto. Entretanto, os próprios pontões, “últimos representantes orientais do relêvo cristalino (cabo Santa Marta, por exemplo)”, como nos fala P. F. DE CARVALHO, desaparecem e extensas praias com dunas elevadas, mais no interior, simplificam a morfologia litorânea.

Os pontões cristalinos que constituem as ilhas, têm grande importância para a pesca, porquanto, via de regra, marcam os limites da penetração de pescadores de “mar grosso”. São pontos de onde se possibilita a pesca sob processos ainda rudimentares, como a do espinhel flutuante, porém de grande valia para a sobrevivência dos pescadores. Em resumo, as características dominantes do litoral catarinense são representadas pela maior movimentação, sob o ponto de vista da morfologia, e da parte central, cujo traçado se apresenta diagonalmente às estruturas, o que resulta em feições de costas de enseadas elípticas, pela contribuição sedimentar. É um litoral pouco evoluído, “mas de que não são ausentes falésias em recuo, praias, barras, pontais e restingas”, segundo observação, de F. F. MARQUES DE ALMEIDA (op. cit. 2). Muitas das restingas se unem ao continente e às ilhas, como em Pôrto Belo que é importante núcleo de pesca e de industrialização do pescado.

O litoral norte é dominado por baixadas muito amplas, em que o exemplo eloqüente é dado pela área circunjacente à cidade de São Francisco do Sul, enquanto o litoral dito de Laguna é acentuadamente retilíneo e maturo. Em ambos, a moldura sedimentar é característica<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> Referente ao assunto consular A. T. GUERRA — “Contribuição ao estudo da geomorfologia, do quaternário do litoral de Laguna: *Revista Brasileira de Geografia* ano XXII, n.º 4.

<sup>6</sup> A sedimentação que se processa no litoral suscita, por outro lado, problemas relacionados com a obstrução de portos, onerando obras de dragagem. Igualmente, o entulhamento ameaça atividades pesqueiras intralagunares, contribuindo para o aspecto instável do escoadouro e ao mesmo tempo renovador de água salgada nas lagoas, devido ao efeito das marés; já tem havido fenômenos de mortandade na lagoa da Conceição e na barra do Araquari, próximo a São Francisco, devido à obstrução artificial e reforçada pela tendência natural do “atêrro do Linguado”. Em Imaruí e Laguna, não fôsem as freqüentes obras de desobstrução do canal que vai ao pôrto de Laguna, provavelmente já teriam surgido fenômenos similares. É bem verdade que ainda não se sentem prejuízos suficientes para assustar indivíduos que dependem da economia pesqueira, mas o fato não deixa de constituir problema, pelo menos para futuro próximo.

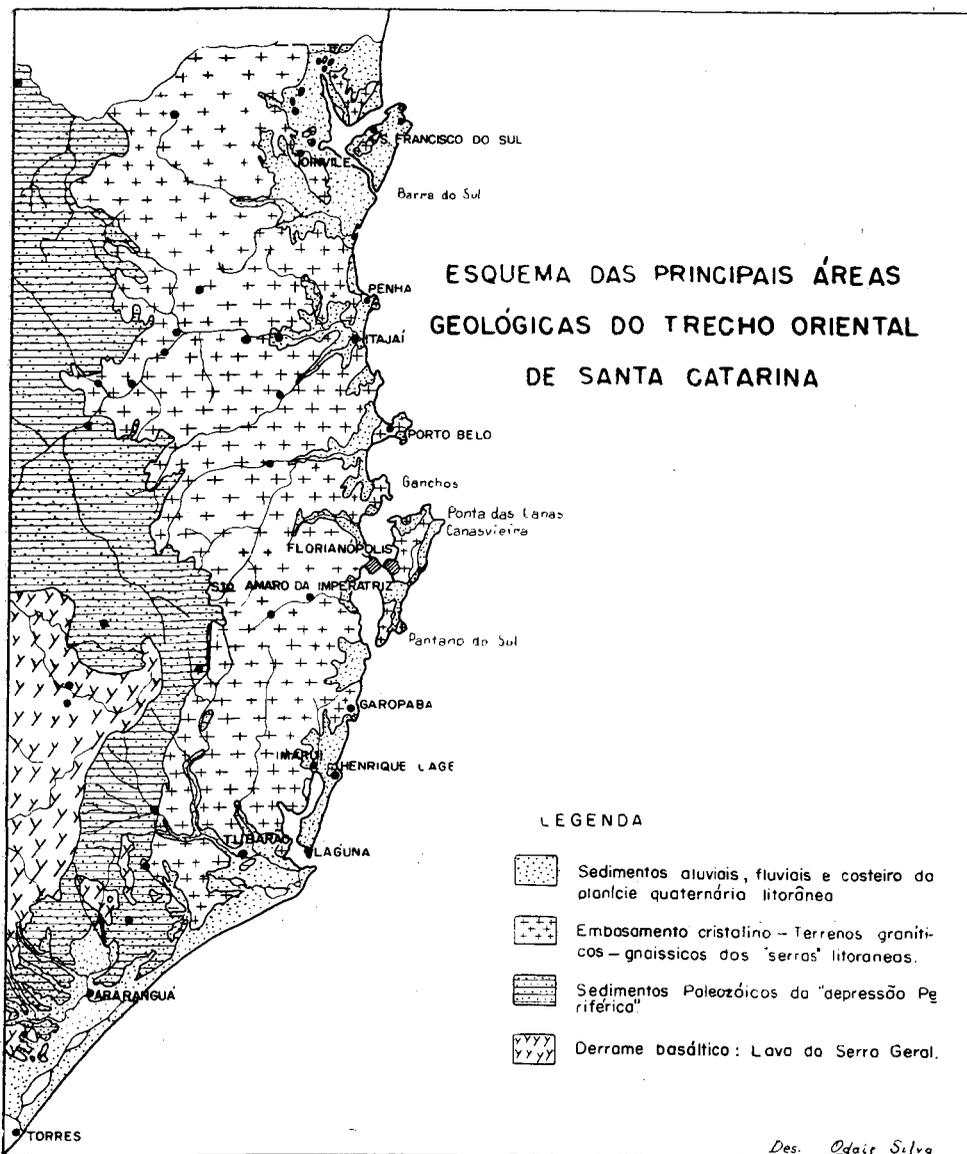


Fig. 1 — Um esboço morfológico seria mais eloqüente para ilustrar relações que procuramos esclarecer no texto. Isto, todavia, exigiria apontamentos de particularidades, inerentes à sua própria complexidade, de modo que omissões de traços seriam prejudiciais para exprimir os aspectos morfológicos. Assim, utilizamos-nos desse esquema das principais áreas geológicas, preocupando-nos apenas com o litoral. Pode-se sentir a extensão do processo de retificação que lhe é característico e também o contraste morfológico, subentendido, decorrente da presença de terrenos do embasamento cristalino e de sedimentos recentes. Aquêles, expressando as formas mais energéticas, se bem muito suavizadas, e os últimos expressando áreas de topografia plana, de acumulação arenosa e de acumulação vasosa, resultarão numa diversidade de ambientes costeiros. O simples recortamento da parte do "Litoral Central", bem marcante desde o município da Penha até o núcleo de Garopaba, evidencia os contrastes geológicos com repercussões nos aspectos da morfologia litorânea, estes por sua vez influenciadores das características do habitat marinho, em relação à fauna e flora.

O grande número de enseadas e vales fluviais que se entalham em sedimentos flúvio-marinhos, constituem sob o ponto de vista geográfico, os acidentes mais importantes já que nêles é multiplicado o estabelecimento de núcleos populacionais (Palhoça, Biguaçu, Tijuca, Itajaí, como sedes municipais; Garopaba, Ganchos, Pôrto Belo, Itapema, peque-

nos núcleos; sem contarmos com os numerosos núcleos situados na ilha de Santa Catarina). Ademais, lagoas costeiras como a da Conceição (inserida no interior da ilha de Santa Catarina) e a reentrância longitudinal da Laguna-Imaruí, bem como os núcleos próximos ao centro de São Francisco do Sul, possibilitam a exploração de tipos determinados de pescado, como o do camarão, espécie que necessita de ambientes de tranqüilidade para desova.

Conclui-se da análise sumária que efetuamos, o seguinte: Os aspectos da morfologia litorânea, de modo geral, são favoráveis à instalação de núcleos populacionais, sobretudo, porque são numerosos os abrigos naturais necessários a diversos tipos de pescado econômicos. Entretanto, os núcleos populacionais litorâneos são, em muitos casos, isolados e de acesso dificultado pela configuração geral do relêvo. Outro fato, que nos parece ser em parte decorrente disso, reside no paradoxo de que essas facilidades não foram antagônicas à permanência de técnicas rudimentares de extração, embora fatores mais importantes tenham de ser considerados em primeiro plano, para a explicação desse primitivismo.

Ao se confrontarem análises entre as diversas zonas de pesca, nota-se um traço comum: *A pesca se restringe aos ambientes intralagunares e às enseadas de pequena profundidade e bem abrigadas ou mesmo às praias que não sejam fundas de trechos recortados.* A obtenção do pescado quase não obriga o pescador a deslocar-se para longe da terra. O peixe vem ao pescador.

A afirmação é tão correta quanto a recíproca. As mais importantes pescas são as de tainha, da enchova, do camarão, da sardinha, etc... espécies que "acostam", buscando refúgio para a desova.

A técnica do pescador é limitada ao conhecimento de processos de apresamento dessas espécies. Há exceções, embora a totalidade dos pescadores seja identificada pelo tipo que aprendeu métodos de trazer para a terra o peixe ou o molusco que dela espontaneamente se aproxima.

Os períodos de pesca são assinalados pelas épocas em que as espécies marinhas chegam bordando a linha de costa. O pescador parece ter-se habituado ao fato de que não é preciso ir ao mar: "O peixe vem sempre", afirmou-nos um deles, quando inquirimos sôbre a vantagem de se pescar em alto mar. A verdade, todavia, é que uma soma de fatores intervém, reduzindo a área de ação do pescador. Adiante, consideramos mais demoradamente os efeitos dos diversos fatores.

Outra característica da morfologia litorânea, que de certo modo facilita a preservação do rudimentarismo da atividade pesqueira, reside na presença de terras agrícolas de baixadas, que embora pobres, não exigem aprimoramento técnico no setor da economia em questão. Cita-se, como exemplo, a resistência apresentada pelos habitantes da vila pesqueira de Garopaba para utilizarem os solos das encostas, mais ricos do que os solos arenosos e ácidos da baixada. A agricultura pos-

sibilita meio de sobrevivência, e há certa indecisão entre os pescadores e agricultores na eleição dela como atividade básica.

Em alguns núcleos, como nos Ganchos, a acidentação da costa praticamente impossibilita os pescadores no tocante às atividades da lavoura<sup>7</sup>. Isto constitui, entretanto, exceção. Em Pântano do Sul, na ilha de Santa Catarina, também a agricultura é atividade inexpressiva, porém não tanto quanto nos Ganchos. O certo, todavia, é que a existência do produto (pescado) nas proximidades dos núcleos não pressio-

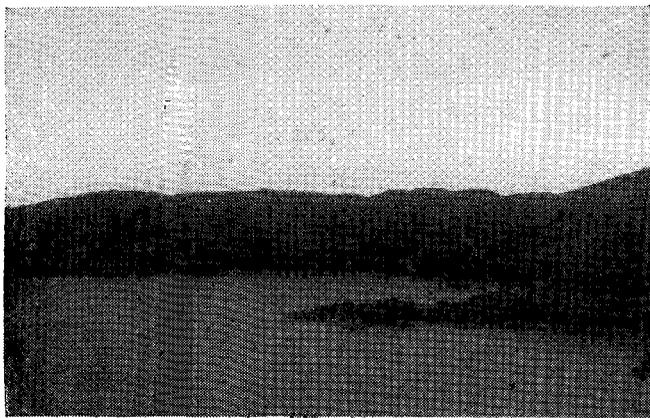


Fig. 2 — A enseada do núcleo Gancho do Meio. A encosta continental cristalina cai bem verticalmente, ao mar, reduzindo a parte plana, que em vários locais é utilizada para a pequena lavoura. Apesar da rodovia que se nota em primeiro plano, a meia-encosta, as condições morfológicas da zona compartmentam-na, pressionando o uso do transporte por via marítima, orientado principalmente para o centro florianopolitano.

na desenvolvimento técnico, mormente o das embarcações utilizadas. (Fig. 2)

A pesca ao largo, isto é, a que se baseia no aproveitamento de ampla área marítima situada nos limites da plataforma continental, somente em tempos recentes é que tem sofrido algum desenvolvimento, e mesmo assim por iniciativa de pescadores provenientes de outros

centros brasileiros, como os da Guanabara, os de Santos, etc...

Acostumados, já há muito, com a pesca “praiana”, os catarinenses se atrasaram com respeito à melhoria do equipamento, e hoje começam a sentir a pressão da concorrência a êles imposta pelos barcos de pesca de outras áreas.

Esse atraso técnico é principalmente explicado pela ausência de grandes mercados próximos, que pudessem exercer estímulo no investimento de capitais por parte de comerciantes capitalizados, bem como por não repercutir em rendas suficientes para o pescador aplicar em compra de equipamento mais modernizado.

A reação mais importante ao primitivismo consiste na “motorização” das pequenas embarcações — “baleeiras”, mas isto quase nada representa, mesmo que façamos referência a barcos de pesca — “traíneiras” —, empregados pelos pescadores de centros que não os do estado de Santa Catarina, e que oferecem rendimento muito maior que as “baleeiras”.

Nas praias mais abertas, a pesca de “arrastão” foi facilitada pelas condições morfológicas em consonância com o aparecimento das espé-

<sup>7</sup> É exatamente nos núcleos dos Ganchos que notaremos o mais expressivo índice de dependência da pesca. Seus pescadores são os mais arrojados, afastando-se a distâncias consideráveis da costa.

cies que “acostam”, procurando abrigo nas águas mais quentes. O processo é primitivo, como se vê. As embarcações utilizadas nesses núcleos são comumente mais rudimentares do que nos demais, onde a dependência de espécies acostantes é menor. Em núcleos de pesca em que a tainha e a enchova (as principais espécies que “acostam”) além do camarão, não são muito abundantes, verifica-se uma tendência para ampliação do raio de atividade dos pescadores, que procuram dotar suas embarcações com motores. Essa tendência é nesse caso, explicada por um fato particular. A “motorização” se observa mesmo quando isenta da influência da não aproximação das “espécies acostantes”.

No que respeita ainda à morfologia litorânea é preciso salientar o problema do relêvo submarino. Como expusemos, a pesca ao largo é apenas uma conjectura, uma possibilidade, em se tratando do litoral catarinense. Até o momento, não se possuem dados que nos possam assegurar, com margem de grande probabilidade, a existência de potencial de pesca suficiente para estabelecimento de prognósticos favoráveis a produtividade econômica compensadora.

Técnicos da FAO, em rápidas sondagens são inclinados a admitir horizontes de exploração econômica da pesca em águas situadas à altura de Santa Catarina.

Ainda que careçam de objetividade, as deduções já nos permitem antever um desenvolvimento da pesca ao largo, desde que outros fatores venham a interferir adicionalmente. (Fig. 3)

As restrições sobre as potencialidades pesqueiras marítimas decorrem de numerosas considerações que faremos a seguir:

A extensão da plataforma continental é sumamente importante como fator que condiciona a abundância da vida marinha. A penetração de raios solares torna-se extremamente difícil além de 200 metros de profundidade e disso decorre a redução da vida vegetal e microrgânica animal, conjunto que constitui o complexo denominado “plâncton”. Os vegetais microrgânicos necessitam de estímulos fóticos para a elaboração da fotossíntese, de modo que se desenvolvem melhor em ambientes franqueados à luz solar. Os seres animais e vegetais que compõem o “plâncton” e demais vegetais e organismos animais menores que integram a flora e fauna fixadas no fundo do mar constituem a fonte alimentar das espécies maiores, aquelas que se prestam à exploração econômica.

A presença, portanto, da plataforma continental é fator imprescindível para aumento quantitativo das espécies exploradas, mas não é fator isolado, pois outras condições são necessárias.

De modo geral a plataforma continental das áreas meridionais do Brasil, incluindo-se as latitudes onde se enquadra o estado de Santa Catarina, é relativamente extensa, o que já representa uma perspectiva favorável à existência de recursos naturais.

## A PLATAFORMA CONTINENTAL

ESBÇO BATIMÉTRICO DO BRASIL MERIDIONAL SEGUNDO A CARTA 30 DA D.H.N.-M.M.

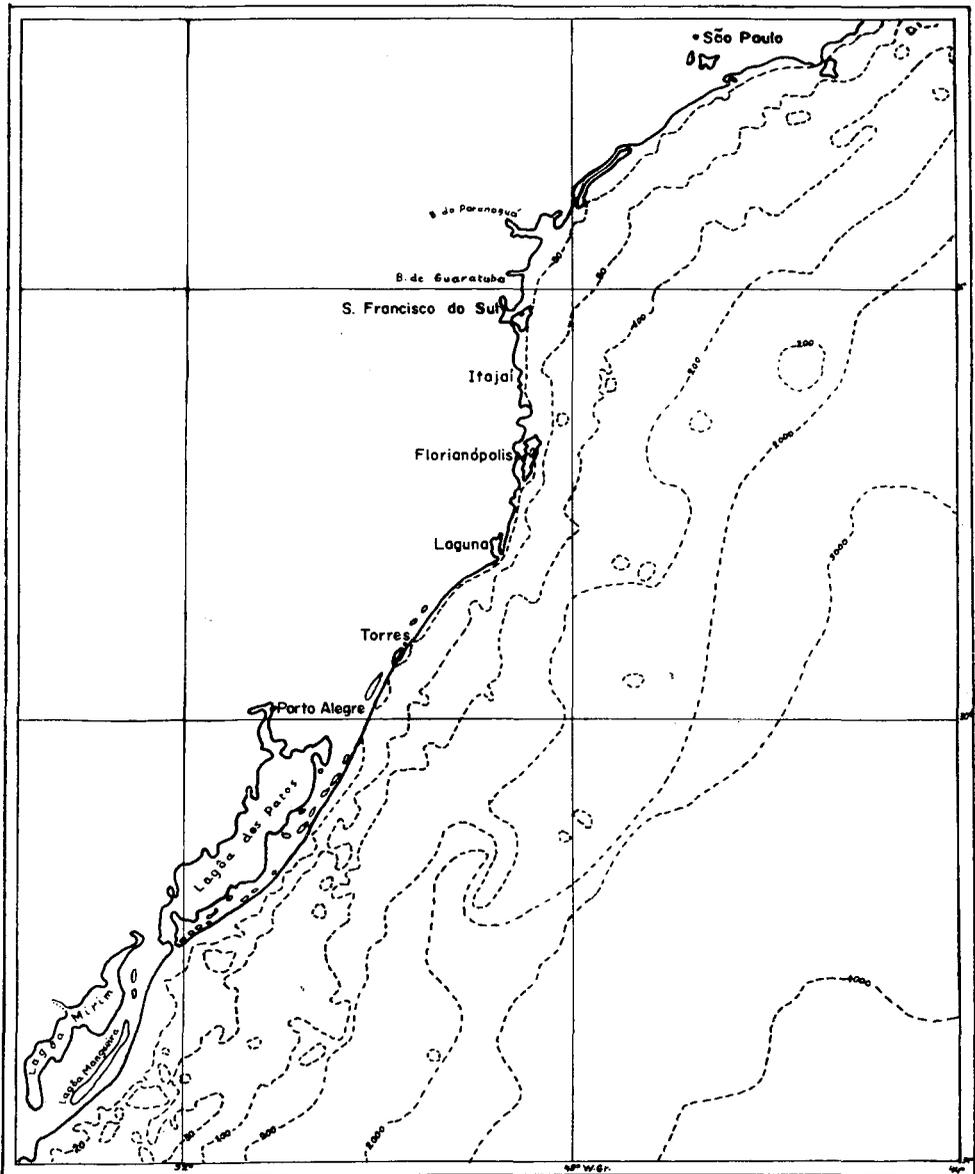


Fig. 3

Em Santa Catarina, a atividade pesqueira não ultrapassa, em geral, o limite dado pela "isóbata" de 50 metros, dependendo-se ser a pesca restrita à estreita faixa da plataforma continental.

A simples extensão da plataforma continental, entretanto, não é, por si só, condição suficiente para implicar em abundância de espécies marinhas de significado econômico.

Condições outras, relacionadas à temperatura das águas, à salinidade, à direção de correntes, terão de ser consideradas para que possamos mais seguramente antever o desenvolvimento da pesca ao largo, para não considerarmos outras questões que se prendem a mercados, investimentos financeiros, mão-de-obra qualificada, etc. . .

Um aspecto, que se evidencia desfavorável, refere-se à inexistência de grandes rios que pudessem desembocar no litoral catarinense. Sua presença é importantíssima, já que carregam substâncias fertilizadoras das águas, possibilitando conseqüentemente maior proliferação da vida vegetal e animal; as águas fluviais transportam grande quantidade de larvas, que animais marinhos depositam em ambientes fluviais tranquilos a fim de protegerem a prole em seus primeiros estágios, como a temperatura mais elevada dos remansos fluviais incide diretamente no período de desenvolvimento dos ovos.

O desconhecimento porém, da ecologia marinha, não apenas em vista do caso presente, mas de todo o Brasil, é quase completo<sup>8</sup>, de modo que pouco poderemos aquilatar quanto à possibilidade do rendimento da pesca em águas mais afastadas da costa.

De passagem, as zonas de pesca em regiões equato-tropicais, com raras exceções, são pouco consideradas em sua importância econômica, embora nessas regiões elevado efetivo humano dependa muito da alimentação proveniente da pesca. As grandes zonas de pesca se situam em áreas de latitudes médias. Baseando na afirmação de C. F. JONES ampliaremos a alusão:

“Em nenhum lugar de baixa latitude se desenvolveu a pesca comercial em escala comparável à que alcançou em águas mais frias de latitudes médias. Muitas são as causas que parecem estorvar o desenvolvimento de grandes pescarias comerciais em latitudes baixas. Em primeiro lugar, acredita-se que o “plâncton” é menos abundante nos mares tropicais. Deve-se isto provavelmente à presença, nas águas mais quentes dos trópicos, de bactérias desnitrificantes que constantemente destroem matérias orgânicas<sup>9</sup>.

Sòmente sondagens diversas poderiam esclarecer-nos sôbre a questão referente à possibilidade de desenvolvimento da pesca no litoral catarinense, em distâncias mais afastadas da costa do que a média reduzida do raio de ação atingido pela dominância das embarcações utilizadas em Santa Catarina.

Em regra, os próprios barcos, quer os poucos existentes no estado, quer os provindos de outras unidades da Federação, operam mais inten-

<sup>8</sup> “Apesar de antiga, a pesca é das mais descuidadas atividades econômicas do Brasil. Não temos uma carta de pesca; os laboratórios são dos mais precários; estudos oceanográficos só os ultimamente realizados, mediante contratos com estrangeiros. A nossa frota pesqueira é diminuta, no que diz respeito a barcos motorizados ou modernos. As instalações em terra são precárias, sendo as construídas pelo governo federal com erros chocantes. . . ”Os quadros humanos são deficientes, havendo grande falta de bons mestres, como também de mecânicos e estaleiros, para boa conservação das embarcações”. “A Pesca” — *Revista Brasiliense*, n.º 19 — 1959 — São Paulo.

<sup>9</sup> *Geografia Econômica* — Ed. Fundo de Cultura Econômica — México.

samente nas zonas próximas à costa, também atingíveis pelas embarcações menores. Esse fato, inclusive, tem feito concorrência aos pescadores "praianos", e poderá mesmo se constituir num incentivo ao melhoramento das embarcações utilizadas pelos últimos, além do que o predatismo da pesca intralagunar já apresenta reflexos que conduzem o pescador a novas concepções: a consciência da não inesgotabilidade e estabilidade dos recursos da pesca.

#### b) Aspectos climáticos do litoral

As condições meteorológicas são de grande importância quanto ao ritmo da atividade pesqueira.

Conhecer as tendências do comportamento dos fenômenos atmosféricos impõe-se como uma necessidade ao pescador; ele é incipiente observador meteorológico, resultante da necessidade objetiva para se sair a contento em sua tarefa.

Considerando-se a precariedade das embarcações utilizadas, a dependência dos pescadores dos estados do tempo torna-se mais estreita.

A movimentação das massas de ar, cujos sinais de evidência constituem sério aviso, implicada na intensidade dos ventos que afetam a dinâmica das águas marinhas, impossibilita, não raramente, a extração do pescado ou simplesmente a continuidade do labor.

Os processos de extração, que têm na utilização de embarcações apenas um complemento, são permitidos ou não, conforme o caráter das condições do tempo. Processos rudimentares de pesca, como o chamado "cêrco", o "arrastão", somente efetuados quando se pode utilizar embarcações menores e que dependem da tranquilidade das águas, tornam-se impraticáveis quando o mar se agita pela influência da força dos ventos.

As chuvas, freqüentes e fortes desabam nas zonas litorâneas, oscilando entre 1 400 e 1 900 mm anuais e são distribuídas apenas com predominância nos meses de verão. Elas dificultam, sobretudo quando prolongadas, as saídas das pequenas e frágeis embarcações abertas (que são as mais usuais).

Outra importante relação entre as condições climáticas e a pesca é verificada quando se investiga a orientação e freqüência das correntes marinhas em função da influência de ventos dominantes.

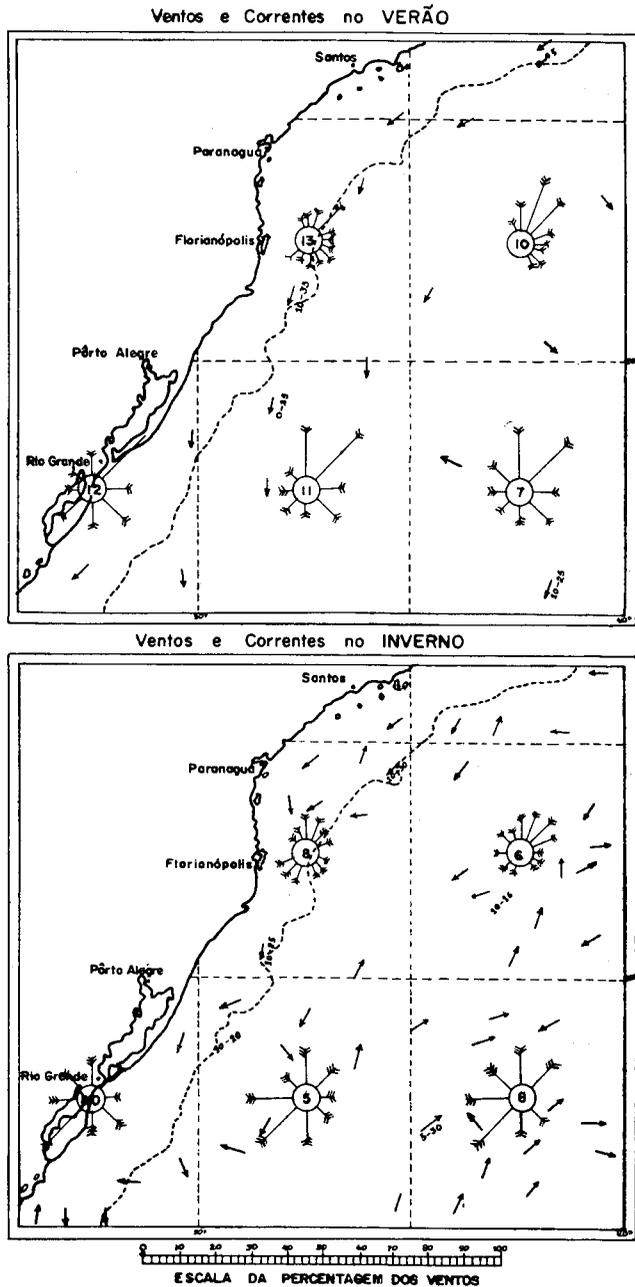
No mapa que acompanha o esboço batimétrico do Brasil Meridional, segundo a carta 30 da DHN — Ministério da Marinha, vê-se focalizada a situação dos ventos e correntes de verão e inverno. O comprimento das setas corresponde proporcionalmente à freqüência do vento, medida pela escala incluída abaixo e as penas são indicativas da intensidade dos

ventos, segundo a escala Beaufort. No interior, o símbolo indica o número respectivo dos dias de calma. (Fig. 4)

Interpretando-o, assim se refere C. A. FIGUEIREDO MONTEIRO:

“Observa-se, pela predominância dos ventos do NE no verão e de SW no inverno a tendência monçônica dada pelas diferentes sazonárias de ritmo de atuação das massas tropicais e polares. Entretanto, a variabilidade é a característica, especialmente ao longo da costa catarinense. Esta irregularidade de direção dos ventos reflete, de certo modo, a complexidade que lhe é dada pela Frente Polar. Ventos variados e às vezes fortes constituem, inegavelmente, um embaraço à atividade pesqueira, especialmente quando se limita a processos primitivos. Durante

o inverno, estação onde são mais freqüentes os ventos frios do Sul, durante os avanços da massa polar, o problema é mais sério. Mas apesar de as condições do tempo serem mais desfavoráveis, é justamente o inverno a estação mais propícia para a pesca. As águas superficiais no inverno, ao longo da costa meridional do Brasil, ficam compreendidas entre as “isotermas” de 20° a 15°C, contra 26° a 23°C, no verão, além de certa tendência de as águas mais frias, vindas do sul, aderirem à costa.



Des. Odair Silva

Fig. 4

Este fato, influenciando na migração para as lagunas de espécies mais cotadas (a tainha, por exemplo) que acompanham o fluxo de águas mais frias para o norte, implica em maior atividade pesqueira”<sup>10</sup>.

A época do inverno, em que o litoral é batido constantemente pelos ventos do quadrante sul, embora desfavorável no que responde à relação direta com o elemento humano, é a época de maior vitalização de pesca, já que espécies como a tainha e a enchova (esta um pouco mais posteriormente), que alcançam grande valor comercial, aparecem com abundância, procurando recantos nas enseadas, baías e lagoas, abrindo-se nas águas mais quentes.

As temperaturas mais frias do ar atmosférico, no inverno, por outro lado, são também favoráveis no tocante a impedir a rápida deterioração do peixe. Este aspecto é sumamente importante, sobretudo, tendo-se em conta a precária organização comercial da pesca. Apanhado o peixe, procede-se à distribuição local.

Atualmente quase todo o pescado é levado pelos caminhões de intermediários que espreitam as praias nessas épocas; uma parte porém é vendida a habitantes próximos que a transportam para suas respectivas residências, em tempo suficiente para se evitar a deterioração do peixe, o que não seria fácil em épocas de verão. Quando se percorrem as estradas litorâneas, principalmente nos meses de maio, junho e julho, observam-se transeuntes que carregam uma ou duas tainhas; é fato que se repete a todo instante.

Sobre essas espécies de “corso” convergem as atenções. Elas marcam a migração de barcos de pesca de outras áreas e impelem o deslocamento de pescadores de Santa Catarina para o Rio Grande do Sul, fenômeno que se torna mais pronunciado nos dias atuais.

## II — BASES HUMANAS DA PESCA

### ASPECTOS HISTÓRICOS DA ATIVIDADE; O POVOAMENTO DO LITORAL; A INFLUÊNCIA DA COLONIZAÇÃO AÇORIANA

#### *Aspectos históricos da atividade pesqueira*

É perfeitamente aceito que, em Santa Catarina, a pesca é historicamente fator de grande importância na fixação do homem no litoral. Atividade tradicional apresentou no decorrer dos tempos alterações quanto à intensidade e quanto à finalidade. Tomando-se puramente, como critério, o grau de intensidade do objetivo da atividade, pode-se adiantar classificação simples.

Primeiramente, a atividade pesqueira afirmou-se por seu caráter comercial; posteriormente a função alimentar da pesca sobrepôs-se, e, na atualidade, a pesca ascendeu em sua finalidade de subsistência, em

<sup>10</sup> Op. cit., p. 8.

face do crescimento numérico de pescadores dependentes, mas apresenta franca evolução no sentido comercial, diante da ampliação dos mercados regionais de consumo. Por outro lado, as indústrias derivadas esboçam alterações mais radicais. A carência de informações precisas não nos possibilitam reconstruir mais cientificamente as alusões acima. Baseamo-nos em incidências decorrentes de deduções. As informações, que focalizam aspectos da pesca nas diversas épocas, são fragmentárias, insuficientes para nos esclarecer melhor as inovações que apenas pudemos subentender, sobretudo, se buscamos acompanhar as modificações da técnica e o quadro evolutivo dos montantes em quantidade e valor, expressos pela produção e consumo e, pois, ao real significado econômico e social da atividade. Restringindo-se, por exemplo, à questão dos instrumentos utilizados pelos pescadores, ou melhor, à técnica empregada, as modificações verificadas se restringiram mais ao aspecto quantitativo.

A preservação de tipos de embarcações e utensílios, que se notará na característica do processo de se obter o pescado, é indicativa do rudimentarismo adotado, infletido na baixa produtividade, a despeito de a ampliação dos mercados de consumo representar progressão de quantidade média anual extraída do mar.

Este fato, como já salientamos, não tem sido suficiente para condicionar desenvolvimento técnico mais radical. Registra-se flagrante tendência para o desenvolvimento da pesca ao largo, o que implicará no aperfeiçoamento de embarcações que possam atingir maior raio de ação. Se esta possibilidade é remota, já se verifica, no entanto, o fenômeno que chamaremos de "motorização" de pequenas embarcações. Trata-se da aquisição gradativa pelos pescadores de motores adaptados a pequenas distâncias, mas que representam fator considerável de progresso. Das alterações gerais da atividade pesqueira a mais saliente é talvez a quase completa extinção da pesca da baleia, que teve momentos de grandiosidade em épocas anteriores.

JOHN MAWE descreve a indústria da pesca da baleia, que encontrou na localidade de Armação, na ilha de Santa Catarina, onde a safra anual variava de 300 a 400 indivíduos, em fins do século XVIII<sup>11</sup>.

A história da economia extrativa do Brasil, por sinal, apresenta interessante capítulo que diz respeito à pesca da baleia. CAIO PRADO JR. nos presta alguns esclarecimentos: "A pesca da baleia teve na colônia seus dias de grandeza. Existiram armações para a pesca na Bahia (a da Barra, entre o mar e a capela de São Bento e Itaparica), que são as mais antigas, instaladas na primeira metade do século XVIII. Seguem-se, para o sul, as armações de São Domingos, na Praia Grande, hoje Niterói, que data de 1782; a de Bertioga, em Santos que já existia em 1782; e as seis de Santa Catarina: Piedade, na entrada setentrional da ilha (1746); Lagoinha, costa oriental da ilha (1772); Itapocoróia,

<sup>11</sup> JOHN MAWE — *Viagens ao Interior do Brasil* — Col. Biblioteca Histórica do Brasil — Ed. Martins.

(1777); Garopaba (1795); Imbituba (1796); e finalmente a da ilha da Graça, na entrada do canal de São Francisco, estabelecida em 1807<sup>12</sup>.

Atualmente existem duas fábricas de óleos, de baleia, uma em Imbituba e outra em Armação; mas ambas não têm significado importante, dado o irrisório número de baleias pescadas por ano. A da Armação é ainda menos ativa, permanecendo anos sem que seja pescado um só indivíduo para movimentá-la.

Segundo ainda o mesmo autor: "A pesca constituía estanco real, cedendo-se por contrato a concessionários privilegiados. A atividade foi grande; no contrato dos doze anos, de 1765-1777, a renda dos contratadores foi de 4 milhões de cruzados; numa só armação apanharam-se 523 baleias"<sup>13</sup>. CARLOS GOMES DE OLIVEIRA refere-se a cifras ainda mais elevadas (embora não mencione a fonte informativa): "A abundância de valiosos cetáceos era tal que nos anos houve em que a pesca na armação Itapocorói e da Graça atingiu, cada uma, 1 000 baleias"<sup>14</sup>. Relata, a seguir, que a industrialização da pesca da baleia iniciada desde 1603, após grande desenvolvimento decaiu no século XIX, devido à falta de capital e organização.

A explicação atribuída à decadência da indústria da pesca da baleia, pelo autor acima, todavia, é demasiadamente simplista, como facilmente se depreende. Retomando CAIO PRADO JR.: "A decadência brusca começou quando os baleeiros ingleses e norte-americanos iniciaram a operar nas ilhas Falkland impedindo que as baleias, em suas migrações hibernais, chegassem, como era seu costume, até as costas do Brasil. Reduziram êles consideravelmente a espécie, pela devastação praticada em larga escala e com processos aperfeiçoados. Daí é que deriva a desistência da atividade, em 1801, quando a Coroa não encontra mais pretendentes ao contrato, terminando o estanco"<sup>15</sup>.

O fenômeno da súbita extinção da pesca da baleia, verificado em Santa Catarina, encontrou na concorrência da técnica superior detida pelos barcos e navios baleeiros de nações estrangeiras uma razão muito forte. A esta, se acrescentam outros fatores, como ausência de capitais próprios que pudessem competir com a concorrência imposta por empresas de âmbito de ação internacional.

A violenta interrupção da pesca da baleia entre os catarinenses ou elementos portugueses que operavam em áreas do litoral, apresenta, pois, simples diferença de grau, quando confrontamos êste fato com a realidade que envolve a pesca e indústria da baleia. Em termos gerais, a pesca e industrialização dos produtos da baleia apresentaram gradativa decadência, constituindo, na expressão de CLARENCE F. JONES — "atividade econômica do passado"<sup>16</sup>. Seu obsolescimento deve-se principalmente, *ao caráter predatório que caracteriza a atividade*, o que se

<sup>12</sup> CAIO PRADO JÚNIOR — *Formação do Brasil Contemporâneo*, 2.<sup>a</sup> edição, Editora Brasiliense.

<sup>13</sup> CAIO PRADO JÚNIOR — *Formação do Brasil Contemporâneo*, 2.<sup>a</sup> edição, Editora Brasiliense.

<sup>14</sup> Referência escrita no *Guia de Santa Catarina*, 1.<sup>o</sup> vol. 3.<sup>a</sup> ed. Publ. da Livraria Alberto Entres, Florianópolis.

<sup>15</sup> CAIO PRADO JÚNIOR — Op. cit., 7.

<sup>16</sup> CLARENCE F. JONES — Op. cit., 5.

reflete numa constante redução do número de indivíduos; em segundo lugar os lucros se tornam reduzidos em virtude de suprimentos artificiais dos derivados do gigantesco cetáceo. Nem mesmo a variedade dos derivados da baleia, atualmente obtidos por processos modernizados, tem sido suficiente para a revalorização do recurso, embora a extensa aplicabilidade dos mesmos tenha atenuado o inteiro abandono da atividade. Mas, isto requer elevado montante financeiro para compra e manutenção de equipamento fabril, bem como produção em larga escala para tornar compensador o investimento. Potências como o Japão, a União Soviética, a Inglaterra, e outras, continuam a insistir na industrialização da baleia, mas o rendimento proporcionado não representa estímulo forte<sup>17</sup>. Concernente ao povoamento do litoral, a pesca da baleia não teve influência que resultasse na fixação de núcleos populacionais, senão de efêmera duração, enquanto perdurava a atividade, sob a forma de estanco.

Fenômeno diverso ocorria em função da pesca para fins alimentares de subsistência, cuja inclinação foi sempre tendente a se comercializar. É o que veremos adiante, após breves considerações sobre a pesca efetuada pelas populações que antecederam os povos ocidentais no litoral catarinense, isto é, os indígenas pré-cabralinos:

#### *A pesca entre os primitivos habitantes: algumas evidências*

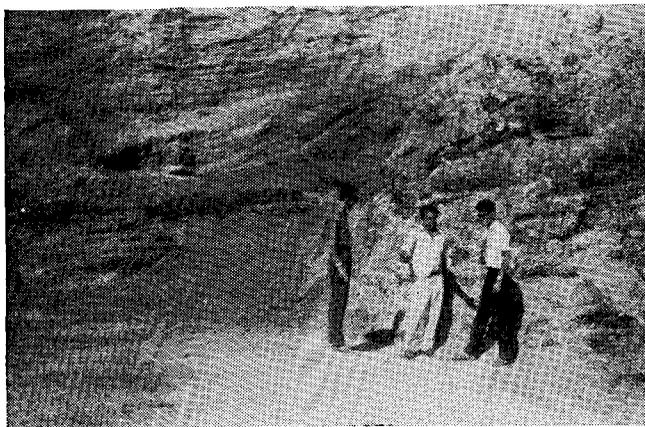
Apresenta indícios muito flagrantes, embora não conheçamos escritos alusórios ou interpretações arqueológicas sobre os grupos humanos de cultura recuada que, com toda a certeza habitaram diversas áreas do litoral catarinense. Numerosas, sobretudo no litoral de Laguna e às margens de lagoas costeiras atuais, estas formações calcárias resultantes do acúmulo de detritos de moluscos e crustáceos, impregnados de utensílios só poderiam ter sido confeccionados por seres humanos. Muitos autores as interpretam como "sambaquis"<sup>18</sup>.

Outras formações desses pequenos montes, cujo conteúdo geológico contrasta nitidamente com os terrenos circundantes, são apenas mencionadas como "concheiros" ou sejam, resultantes da ação deposicional dos elementos naturais, no caso, o mar. Esses acidentes topográficos, que interrompem o nível da superfície dominante da região costeira, se revelam como terraços marinhos resultantes de ação natural, enquanto outros sugerem a participação do elemento humano; outros ainda são por demais evidentes quanto à origem humana, tal a quantidade de documentação cultural que nêles é encontrada, além de outras evidências que nos chegam pelos exames estratigráficos dessas

<sup>17</sup> A despeito do diversificado aproveitamento da baleia: carne, utilizada como alimento e fabricação de fertilizantes; ossos para fertilizantes; e outros subprodutos como o âmbar-gris, as barbatanas, etc... que constituem matérias-primas industriais, o que se depreende em necessária organização produtiva, as condições de se preservar a atividade no litoral catarinense eram demasiadamente desfavoráveis. Daí, a decorrência inevitável do inexpressivo da pesca da baleia, nesse exemplo.

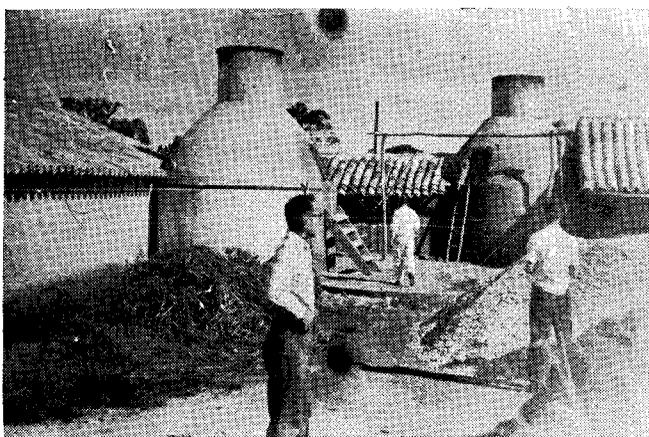
<sup>18</sup> Sobre os problemas dos sambaquis, consultar ANTÔNIO TEIXEIRA GUERRA, "Contribuição ao Estudo da Geomorfologia e do Quaternário do Litoral de Laguna" — in *Revista Brasileira de Geografia*, ano XII, n.º 4 — 1950.

formações calcárias. Esqueletos, peças culinárias, utensílios de caça e pesca compõem o quadro documentário dos “sambaquis”, paralelamente a observações do fato tumultuoso da estratificação, que não coincide com o processo disciplinado da deposição de sedimentos naturais. Os mais comumente denominados “concheiros” na linguagem não leiga são aceitos como formações naturais, com documentação esporádica



e estratificação ordenada dos detritos e sedimentos. O leigo aplica-lhes designações genéricas e várias: “concheiros”, “ostreiras”, “casqueiros”, “sambaquis”. As informações provenientes de cronistas do Brasil-Colônia são por vezes concludentes, tendo sido observado

ocularmente a deposição de detritos de crustáceos e moluscos por grupos indígenas que buscavam o litoral, ou aí se encontravam mais ou menos fixados, para retirarem alimentos oriundos da fonte marinha. Últimamente, os depósitos — “sambaquis” ou “casqueiros” — são alvos de exploração econômica. No litoral de Laguna, por exemplo, se nos deparam, na paisagem, diversos fornos de cal, que utilizam a matéria-prima fartamente oferecida pelos depósitos existentes<sup>19</sup>. (Figs. 5 e 6)



Figs. 5 e 6 — Visão parcial de um dos muitos depósitos concheiros do litoral de Laguna. Alguns são naturais e outros são aceitos como decorrentes do acúmulo de conchas deixadas por populações indígenas que anteriormente habitavam a região. Ambos os tipos de depósito são largamente aproveitados para a fabricação da cal, como se vê na foto acima.

<sup>19</sup> A exploração econômica dos depósitos calcários referidos suscitou medidas governamentais tendentes a regularizá-la. Na lei estadual de 23 de agosto de 1955, n.º 288, art. 1.º, lemos: “Fica proibida em todo o território do estado de Santa Catarina a exploração econômica ou a destruição, para qualquer fim, das jazidas arqueológicas conhecidas como sambaquis, casqueiros ou ostreiros”.

Peio que observamos, a lei não é respeitada na íntegra, pois reza o art. 6.º: “O material conchífero estéril dos sambaquis só poderá ser aproveitado para fabricação de cal, atêrro, pavimentação de estradas ou qualquer outro fim, depois de completo estudo científico dos mesmos e a juízo de uma comissão de especialistas”.

Sõmente em 1960 é que se esboça a nomeação de membros da comissão de especialistas, enquanto a exploração já esgotou numerosos depósitos.

A existência dos “sambaquis”, (tendo sido comprovada a intervenção humana em sua formação), esporádicos ornatos da topografia costeira, reflete a importância dos recursos alimentares do mar para a sobrevivência de grupos humanos em estágio cultural recuado que, todavia, deixaram traços preservados ainda pelos pescadores atuais.

Assim em todo o litoral brasileiro observaremos o emprêgo de utensílios de pesca que constituem heranças culturais indígenas. O “puçá”, largamente utilizado pelos pescadores catarinenses, especificamente para a pesca do camarão, é expressão daquela cultura. Designa um tipo de rêde, pequena, e daí, “puçá-açu”, que na linguagem tupi se refere à rêde trazida pelos portugueses, de dimensões desconhecidas pelos primitivos habitantes do Brasil<sup>20</sup>. A pesca pelo processo do “picaré”, usado principalmente no litoral de Laguna, alguns tipos de armadilhas fixas, instrumentos como a “coca”, a todo instante deparados no litoral catarinense, são, sem dúvida alguma, aquisições culturais que remontam a fases da pesca pré-histórica. A demarcação da origem dessas heranças materiais é um problema extremamente difícil e, de fato, os informes dispersos não permitem reconstrução de roteiro dessas influências culturais<sup>21</sup>. Certo porém, é que a pesca entre os primitivos, no litoral catarinense, foi realizada, denunciando de certo modo a riqueza das potencialidades do mar. Marcou-se como primeira atividade de subsistência em que, mais tarde, iria distinguir-se o elemento ocidental, notadamente sob a impulsão da colonização açoriana.

### *Aspectos do povoamento do litoral catarinense e suas relações com a atividade pesqueira; a colonização açoriana*

A ocupação humana da área litorânea, que hoje compreende os limites do estado de Santa Catarina, processou-se tardiamente em relação a outras regiões fronteiriças ao Atlântico.

Situada nas extremidades da então colônia portuguesa, êsse trecho litorâneo não oferecia grandes atrativos, considerando-se que as preocupações de exploração econômica dos portugueses mobilizavam-se principalmente para as áreas que apresentassem facilidades para o desenvolvimento da lavoura canvieira, fornecedora de lucros mais compensadores. O trecho litorâneo catarinense estava afastado das cogitações das grandes emprêsas agrícolas embora, nos meados do século

<sup>20</sup> Em seu precioso trabalho — “Pesca no Litoral do Rio de Janeiro” os autores, L. M. CAVALCANTI BERNARDES e NILO BERNARDES, fazem referências às influências da cultura indígena sobre processos e utensílios de pesca, adotados pelos pescadores fluminenses. O trabalho analítico nos serviu de orientação em alguns capítulos. Encontra-se inserto na *Revista Brasileira de Geografia*, ano XII, n.º 1 — 1950.

<sup>21</sup> ... “São diferentes e variados os métodos de pesca, ou mais exatamente os utensílios usados. De modo geral procedem de uma influência das três correntes culturais que serviram de lastro à nossa formação: o indígena, o português e o negro. Se o indígena, espalhado pelo litoral ou pela bacia dos rios, conhecia a pesca, e inclusive o preparo do peixe para alimentação, com êle deparou-se outro povo, cuja cultura estava impregnada de vida marítima, conhecedora também da atividade da pesca”. — MANUEL DIÉGUES JR. *Regiões Culturais do Brasil*, publ. INEP. Rio de Janeiro, 1960, p. 435.

No trabalho de RAIMUNDO LOPES — “Pesquisa etnológica sobre a pesca brasileira no Maranhão” — in RSPH e AN n.º 2; êste aspecto está mais desenvolvido.

XVII, a cultura da cana-de-açúcar e algumas adicionais aí tivessem sido introduzidas.

Sòmente muito posteriormente é que as lavouras teriam algum significado, como a que se desenvolveu nas baixadas quentes e úmidas, como em Tijucas, Biguaçu, etc.; ainda assim, em grau inferior a outras áreas litorâneas situadas mais ao norte.

A intervenção do elemento ocidental, no trecho litorâneo em apreciação, ocorreu após, praticamente, a consolidação ocupacional do Brasil Sudeste e do Nordeste.

No estado de Santa Catarina, salientou-se sobremaneira a atuação dos "bandeirantes" como fator de povoamento. Muitas povoações litorâneas foram erigidas em função da obra das "bandeiras colonizadoras".

O primeiro núcleo importante foi o de São Francisco do Sul, que logo se salientou pela produção agrícola da cana-de-açúcar, algodão e mandioca, sendo que a atividade pesqueira desenvolveu-se complementarmente, como recurso de subsistência<sup>22</sup>.

A seguir, outra bandeira colonizadora se fixaria no litoral central, na ilha de Santa Catarina, para dar início à povoação de Destêrro, atual Florianópolis, cuja história está repleta de fatos trágicos ocorridos com seus primeiros habitantes<sup>23</sup>.

Provavelmente um ano após a fundação de Destêrro, os vicentistas fundam a povoação de Laguna, que desempenharia notável papel como área abastecedora de alimento para as tropas militares encarregadas de manter a posse das regiões meridionais da colônia portuguesa (Sacramento).

Os primeiros núcleos se distanciavam uns dos outros, o que correu para o modesto desenvolvimento que apresentaram; as atividades econômicas eram a agricultura e pequeno comércio externo. Dêste participavam produtos extraídos da pesca — peixe sêco —, ao lado de farinha de mandioca e carne salgada.

Esta primeira fase da ocupação humana do litoral foi desenvolvida pela vinda de imigrantes açorianos (em maior parte) e madeirenses, responsáveis pelas numerosas características que ainda hoje encontramos, sobretudo no litoral central catarinense: — tipos de habitações, reminiscências folclóricas, tipos somáticos, técnica pesqueira, etc. . . são sobrevivências nítidas desta influência. Mas não sòmente a colonização portuguesa e a ítalo-germânica apresentam relações com o fato em estudo, embora indiretamente. As levas de imigrantes italianos e alemães que ocuparam áreas litorâneas (região de Tubarão, Itajaí, etc.) traduziram-se com parcelas estimuladoras da atividade pesqueira, por constituírem-se consumidores de seus produtos. Igualmente encontraremos essa relação, ao considerarmos as inovações técnicas introduzidas

<sup>22</sup> Fundada pelo português MANUEL LOUREIRO DE ANDRADE, que veio com várias famílias de São Vicente. A povoação tornou-se vila em 1660.

<sup>23</sup> Bandeira chegada em 1675, chefiada pelo vicentista DIAS VELHO. Muito depois é que viriam os colonos açorianos e madeirenses.

na atividade da pesca. Assim, as áreas de colonização estrangeira em Santa Catarina tenderam para um desenvolvimento industrial diversificado; e, decorrente dessa expansão vertical das atividades econômicas, resultou a existência de fábricas, como as do motores, localizados em Joinville, que atendem à crescente demanda dos pescadores, ávidos por “motorizarem” suas embarcações. Esse fenômeno é hoje sumamente importante, marcando, em realidade, a mais sentida alteração nos processos de pesca litorânea no estado.

A força das particularidades do fato — “colonização estrangeira” — nos leva, portanto, a destacar dos dois tipos: a açoriana, imediatamente ligada à atividade pesqueira, e a ítalo-germânica, subordinada à condição de estimuladora da mesma atividade.

Trataremos, enfaticamente, da influência açoriana.

#### *A colonização açoriana*

Obedeceu, em primeira linhagem de interesse, à necessidade que se impunha aos planos portugueses, preocupados com a manutenção do domínio das regiões sulinas, da então Colônia do Sacramento, ameaçadas pelas insistentes tentativas de posse dos espanhóis.

O povoamento era encarado como meio auxiliar da preservação de territórios, donde, a orientação da política portuguesa se apoiar na estreita relação entre os fatos — povoar e dominar.

Com respeito ao problema açoriano, notam-se particularidades suficientes no seu enquadramento em tipo especial de colonização, diferenciando por conseguinte de simples e restrito objetivo de povoar.

Numerosos lugares foram selecionados para instalação de núcleos de colonos a partir de 1748, quando aportam, até 1753, 1 178 casais, totalizando 6 492 pessoas, que se estabeleceram na ilha de Santa Catarina.

É bem verdade que muitas localidades foram abandonadas rapidamente, mas outras originariam vilas e cidades: Henrique Laje (ex-Imbituba), São José, Tijucas, Palhoça, Pôrto Belo e outras exemplificam o último caso.

As dificuldades que se defrontaram aos habitantes, foram imensas, a ponto de considerarmos o malôgro de alguns povoados como resultado inevitável. SAINT-HILAIRE fornece-nos relatos que indicam, em meados do século XIX, as precárias situações entre os ilhéus açorianos<sup>24</sup>.

O historiador catarinense OSVALDO R. CABRAL refere-se mais minuciosamente aos dramáticos momentos passados pelos colonos, colocando em realce a função da pesca, como fator de sobrevivência nos núcleos de povoação: “Os açorianos guardaram a mesma organização, mantendo-se precariamente da pesca diária, da pequena lavoura e da indústria de farinha, fabricada em pequena escala”<sup>25</sup>.

<sup>24</sup> *Viagem à Província de Santa Catarina* — Col. Biblioteca História Brasileira.

<sup>25</sup> *Santa Catarina*.

Os obstáculos foram tão numerosos como intensos, para que os núcleos açorianos se desenvolvessem em ritmo seguro. A floresta da encosta atlântica, sob a qual se encontrava um solo arável mais rico apenas oferecia o recurso do combustível — a lenha. As baixadas arenosas, mais pobres, ou pantanosas eram preferidas para a agricultura. A encosta e a floresta aliavam-se, impedindo a intercomunicabilidade entre os núcleos. Populações indígenas freqüentemente entravam em conflito com os colonos, e manifestações de malária tornavam a empresa um risco extremamente sério, principalmente quando se atém ao fato da inexistência na época de meios medicinais específicos. Tais dificuldades, somadas por vêzes, acarretavam abandonos freqüentes dos núcleos por parte dos colonos, para outros de maior facilidade de sobrevivência. Como a agricultura era problemática, requerendo técnicas e conhecimento do mundo tropical, a criação do gado não bastava para formar base econômica, pois esbarrava com vários problemas do meio ecológico e de outras ordens; restaria ao colono a dinamização da atividade à qual, em grande parte já, se encontrava afeiçãoado — “a pesca”. Desta feita o mar foi favorável.

Introduzindo processos de pesca, assimilando experiências indígenas, os açorianos desenvolveram-na, tendendo, rápido, em alguns núcleos, a abandonarem quase inteiramente as lides agrícolas para as quais se destinavam, a princípio.

A multiplicação dos descendentes de açorianos resultou num elevado contingente de indivíduos que, dotados de conhecimento da faina pesqueira (ainda que façamos restrições à eficiência técnica empregada), excederam em número às exigências desse tipo de mão-de-obra com vista ao estado de Santa Catarina. Nos dias atuais acentua-se o fenômeno do deslocamento de pescadores catarinenses, em esmagadora proporção de descendentes açorianos, para o Rio Grande do Sul que, promissoramente, investe-se na atividade pesqueira.

Vê-se, pois, que a colonização açoriana é de imensa importância na formulação das realidades da pesca em Santa Catarina e à compreensão dos respectivos fatos. Pode-se ademais, concluir que, tendo em vista a totalidade da área meridional onde ela foi efetuada, “embora tenha tido que enfrentar sérias dificuldades, a primeira tentativa de colonização dirigida no Sul do Brasil conseguiu alcançar seu principal objetivo: a ocupação definitiva de extensa faixa litorânea do extremo sul, de povoamento até então incipiente, concentrado em alguns pontos isolados da costa”<sup>26</sup>.

Reconsiderando os aspectos mais importantes focalizados no presente capítulo, resumiremos:

a) A pesca no litoral catarinense remonta a épocas pré-históricas, como atestam os dados materiais encontrados nos “sambaquis” e as observações oculares asseguradas pelos primeiros habitantes ocidentais.

<sup>26</sup> DORA A. ROMARIZ, in *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, vol. X — Publ. IBGE — CNG.

Obviamente nesta fase, a pesca era de subsistência, com processos extremamente rudimentares que, em parte, são ainda preservados.

b) A intervenção do elemento ocidental trouxe o desenvolvimento da pesca comercial da baleia (pelo aproveitamento de subprodutos). Embora esta atividade seja verificada, como em Imbituba, não apresenta importância, senão histórica

c) Com o advento de povoadores (bandeirantes), a pesca de subsistência e em pequena escala comercial, passa a influir na vida dos litorâneos.

d) A colonização açoriana exaltaria o fenômeno, tanto pela necessidade de obtenção de alimento, quanto a tradição marítima desses colonos os impulsionaria a expandir a economia pesqueira. Assim numerosos colonos reintegraram-se nesse gênero de vida, outros o assimilaram simplesmente, em número cada vez mais crescente, a ponto de hoje constituir problema a acomodação de pescadores catarinenses que emigram para o Rio Grande do Sul, preservando a mesma atividade.

Ao longo do litoral, numerosas vilas são caracteristicamente pesqueiras, cuja população é flagrantemente originária dos colonos açorianos.

A relativa abundância do pescado em águas catarinenses estimula a penetração de barcos modernizados que tendem a agravar o problema local de mão-de-obra pesqueira em excesso, que tem contra ela a manutenção de técnica rudimentar, além de outras circunstâncias ligadas à organização e escoamento da produção, bem como ao obstáculo contido na insuficiência de capitais particulares.

A despeito do crescimento do mercado interno, cujo ritmo expansional teve aumento considerável a partir do advento de levas de colonos ítalo-germânicos, responsáveis parcialmente pelo surgimento de importantes centros urbanos, não é no estado catarinense que se verifica a grande demanda pelos produtos da pesca: são os estados do Sudeste, principalmente, o que exigirá melhoramentos no sistema de produção, conservação e transporte, para que fortaleçam os contactos comerciais e se abram mais os horizontes econômicos de atividade pesqueira.

### III — A POPULAÇÃO PESQUEIRA DO LITORAL

#### DISTRIBUIÇÃO — ATIVIDADES — TIPOS HUMANOS — CONDIÇÕES SOCIAIS E ECONÔMICAS

Todos os municípios litorâneos apresentam núcleos de pesca, isto é, agrupamentos humanos, numericamente variáveis entre os municípios, cujos habitantes, em sua maioria, se dedicam parcial ou totalmente à atividade pesqueira.

Vários são os fatores que interagem para a explicação das diferenças quantitativas e não raro qualitativas, do número de indivíduos

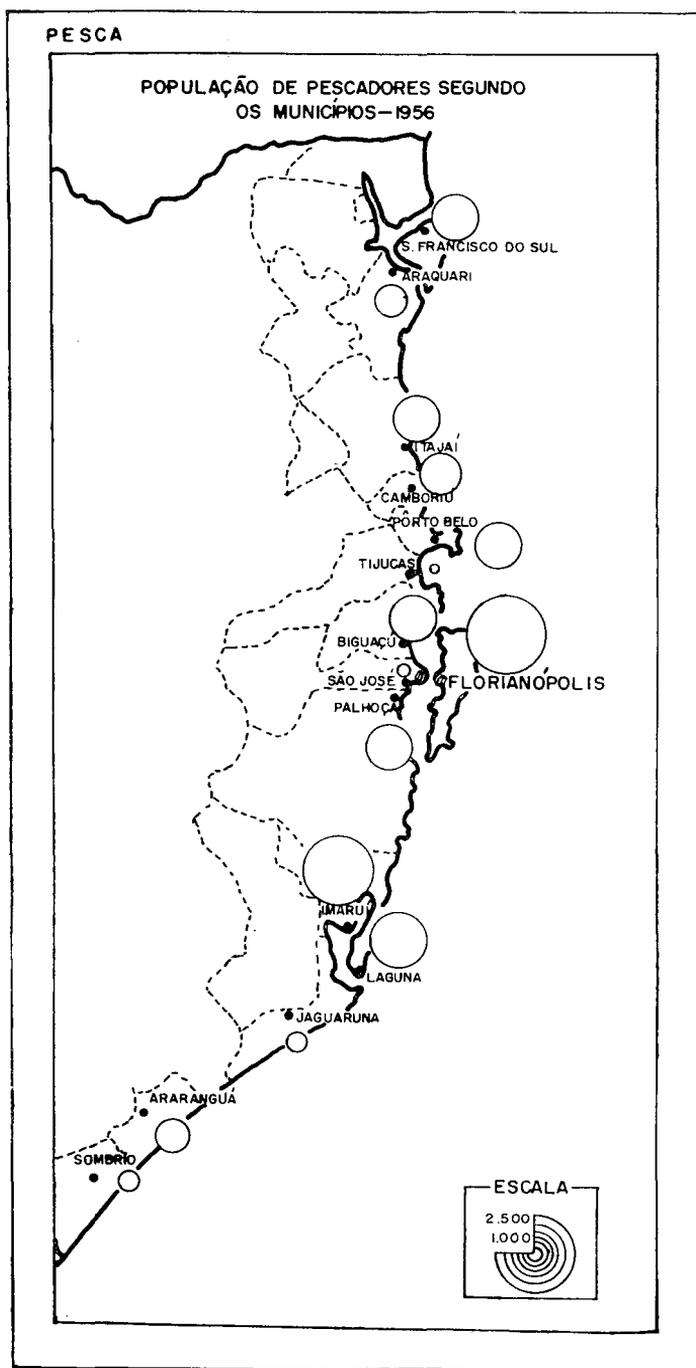


Fig. 7

ativos, em cada município, que operam no setor econômico em análise. Ser-nos-á difícil, para alguns casos, apontar o fator dominante das diferenças numéricas de habitantes empenhados na pesca. Muito mais questionável seria pretendermos aventar fatores genêricamente aplicados. Daí, preferirmos, no presente capítulo, focalizar alguns fatos, in-

cluindo o da distribuição do efetivo humano pesqueiro e omitindo por menores capazes de suscitar desvios na escala de apreciação por nós utilizada. Ulteriormente encaremos de perto os principais núcleos pesqueiros para que tenhamos dêles idéia mais vertical.

Observando-se o mapa da distribuição do contingente humano pesqueiro, nota-se maior número mormente em duas zonas: a de Florianópolis e a de Laguna.

É preciso, antes de tudo, ressaltar inevitáveis falhas decorrentes de apurações estatísticas incompletas pelos dados extraídos do IBGE, ainda que sejam os mais fiéis. Obteremos apenas estimativas e não resultados de sondagens diretas. Estes dados que nos serviram inclusive para a elaboração do gráfico 1, foram coletados a propósito de pesquisas orientadas por técnicos da FAO, junto a agentes estatísticos do IBGE. As informações resultantes constituem considerável esforço, mas foram obtidas sem que houvesse pròpriamente uma operação de recenseamento. Mais correto seria afirmar que resultam de um louvável esforço de reconhecimento sôbre alguns aspectos da pesca e que nos facilita a percepção das realidades. (Fig. 7)

Pela análise da distribuição do efetivo humano de pescadores, verifica-se que a zona de Florianópolis é a mais expressiva. Pode-se admitir que essa relativa concentração de pescadores é devido a alguns fatores, que nos parecem bastante claros. Primeiramente, reconhece-se a excelência do meio geográfico costeiro, repleto de enseadas e lagoas, onde a facilidade de instalação de núcleos populacionais é adicionada ao próprio ambiente ecológico marinho, quando se tem em vista a pesca “praiana” ou a de fraco raio de ação atingido pelos pescadores.

Florianópolis é a capital do estado e uma das mais populosas cidades catarinenses ainda que totalize, em relação a outras capitais, reduzido número de habitantes — aproximadamente 95 000 para o município. A cidade não apresenta funções de economia secundária; caracteriza-se por ser tipicamente terciária — administrativa por excelência.

No que se relaciona à pesca, a cidade é dotada de um pôrto de pequeno calado, de movimento inexpressivo, visivelmente suplantado pelos portos de Itajaí, Laguna, Imbituba e São Francisco que, por sinal, também são insuficientes. O pôrto, além disso, é de pequena importância quanto à pesca. Os núcleos de pesca situam-se dispersamente pela costa da ilha e tendem cada vez mais, a se comunicar com a cidade por transporte rodoviário; fica assim reduzida a agitação no pôrto, o que não se verificaria, caso as embarcações e o pescado aí chegassem em maior escala.

A cidade de Florianópolis, em termos relativos, é todavia considerável mercado consumidor de pescado, sobretudo, quando se pressente o elevado consumo *per capita* do produto da pesca. Os dados concernentes a êsse consumo individual são praticamente impossíveis de ser

apurados. Não há contrôle nos mercados municipais e o consumo direto, isto é, do pescador para o consumidor parece-nos elevado e generalizado entre seus habitantes, o que dificulta ainda mais a mensuração real da produção e do consumo. Os florianopolitanos afirmam, por exemplo, que habitam a cidade onde “mais se come tainha”. Tudo nos leva

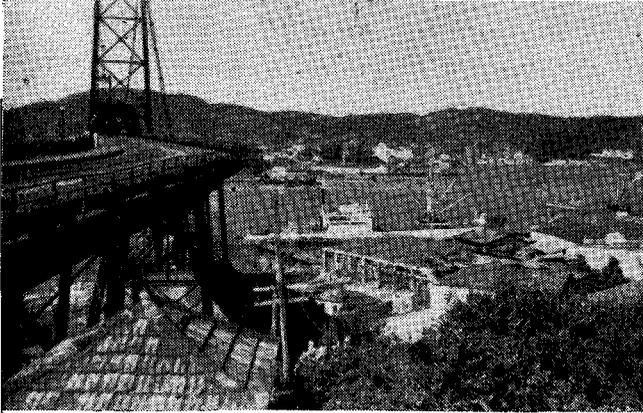


Fig. 8 — Aspecto do pôrto de Florianópolis, vendo-se em primeiro plano a ponte Hersílio Luz que liga a capital (no fundo) ao continente. Embora a pesca na ilha de Santa Catarina seja das mais importantes no estado, o pôrto não apresenta correspondente reflexo dessa atividade. Os núcleos de pesca se dispersam pelas enseadas da ilha e, cada vez mais, se comunicam com mercados de consumo pelo transporte rodoviário.

a admitir ser verdadeira a afirmação. (Figs. 8, 9 e 10)

O terceiro fator favorável (já que implicamos a concentração urbana como o segundo) reside na tradição da atividade, exaltada pela influência de grupos açorianos.

Como zona industrializadora do pescado, a de Florianópolis é menos importante que a de

Laguna e a do litoral Norte, a partir de Itajaí, ainda que se esboce no município atual de Pôrto Belo uma das mais importantes indústrias do pescado.

Com referência à zona de Laguna, merece salientar a presença de condições do *habitat* marinho adequado ao desenvolvimento de espécies muito requisita-

das, de preço elevado e de fácil industrialização, como o camarão. A zona de Laguna é assim caracterizada pela pesca e industrialização do camarão, responsáveis pelo número elevado de dependentes dessas atividades econômicas, sobretudo na área de Imaruí. Não deixa de ser importante a influência exercida pelos centros urbanos da bacia do Tubarão (cujas cidade de igual nome é capital regional) atuantes como estimuladores do consumo interno e próximo. Os centros urbanos,



Fig. 9 — Retornando da infrutífera investida em busca da tainha, em curso, uma traineira proveniente de Santos atraca num trapiche de Florianópolis para retocagem da rede e abastecimento da tripulação.

tais como Tubarão, Criciúma, Uruçanga e outros, apresentam notável crescimento populacional, de modo que tendem a manter maior intercâmbio com as áreas pesqueiras centralizadas em Laguna. É preciso ressaltar que esta zona tende mais ao comércio interestadual do produto industrializado.

As salgas existentes e indústrias de conserva de camarão se orientam em busca de mercados como São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, etc., mas a pesca individual, praticada por pescadores destituídos de posses, destina-se ao consumo imediato, o qual encontrará mercado em centros urbanos adjacentes. Trata-se de um pequeno comércio, porém influente, quando, o relacionamos com pequenos pescadores. Ademais, como afirmamos, tenderá a tornar-se mais significativo à medida que a demanda crescer naturalmente, em função do aumento da população nesses centros. Esse pequeno comércio é principalmente mantido por intermediários, possuidores de meios de transporte rápido.

No litoral norte e no extremo sul, a partir de Itajaí e a partir de Laguna, respectivamente, o montante de pescadores diminui muito. É bem verdade que em São Francisco e em Penha (recentemente transformado em município, pelo desmembramento de Itajaí) os núcleos pesqueiros são importantes, em vista da ligação que mantêm com as indústrias de conserva que nêles existem.

No extremo sul, as praias muito abertas — “praias secas” — como se observa nos municípios de Araranguá e Sombrio, não constituem atrativos para instalação de núcleos populacionais, devido às dificuldades na obtenção de água potável e para uso de solo agrícola em pequenas propriedades submetidas à fragmentação tradicional. Alguns pequenos núcleos de pescadores não atingem a importância dos congêneres em outras áreas do litoral <sup>27</sup>.

Além da abundância do camarão, as zonas de São Francisco do Sul e Itajaí são favorecidas pela maior facilidade de contacto com centros consumidores de importância, fator que sugere a possibilidade

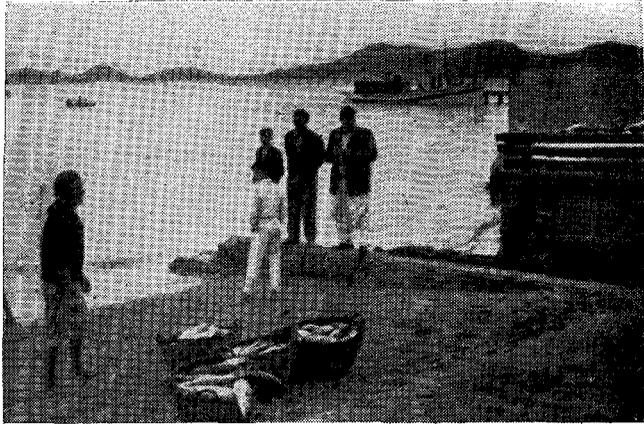


Fig. 10 — Praia do Müller, Florianópolis: A agitação das ondas, condicionada pelos ventos do quadrante sul, mais diretamente inflétidos no principal cais da cidade, impele os barcos a procurarem abrigo em outros pontos, como na praia do Müller. A foto mostra o carregamento de uma carga de tainha que, da traineira é levada ao caminhão, em botes. Daí, o pescado será conduzido a diferentes mercados, principalmente ao local.

<sup>27</sup> Referente ao problema, é interessante consultar análises efetuadas por VICTOR A. PELUSO JÚNIOR, ao tratar da povoação de Lagoinha — (Araranguá), in *Paisagens Catarinenses*, Publicação do DEGC — Ano I, n.º 1.

de concentração de indústrias de pescada nessas áreas. Assim sendo, o número de pescadores tornou-se bastante expressivo, em face da possibilidade de venda imediata do produto. Joinville, por exemplo, absorve grande parte do pescada obtido pelos pescadores de São Francisco e Araguari, enquanto Itajaí e Blumenau consomem parcelas provenientes dos núcleos pesqueiros da Penha, Camboriú e Itajaí.

A presença de mercados próximos é de suma valia para se explicar a quantidade de pescadores existentes, pelo fato de que o produto se deteriora rapidamente, o que seria evitado se os pescadores fossem dotados de recursos suficientes para compra de transportes frigoríficos, ou simples caminhões que levassem o pescada aos frigoríficos municipais. Consumidores imediatos significam, pois, mercado de trabalho, estímulo à manutenção da atividade pesqueira.

Tendo-nos ocupado mais da distribuição da população pesqueira, resta-nos, considerar os traços marcantes dos núcleos de pesca.

A primeira característica se prende a sua dispersão, de modo que se torna difícil ressaltar o significado das zonas de pescadores. Daí, preferimos designar: zonas de núcleos mais agrupados.

Essa dispersão torna-se flagrante à proporção que os núcleos, se distanciam de centros próximos de consumo, e, secundariamente, em função das características morfo-ecológicas litorâneas.

Os núcleos mais isolados apresentam, salvo a exceção dos "Ganchos", pronunciado caráter de pesca de subsistência.

A zona de Florianópolis, incluindo os núcleos espalhados da ilha de Santa Catarina e os das adjacências, como Pinheiro, Ganchos e Pôrto Belo, e os núcleos da zona compreendida pelo fundo do pequeno "gôlfo" de Laguna e o da Barra do Sul (São Francisco), são os mais ativos, os mais estáveis e nos quais mais se concentram indivíduos totalmente dedicados à pesca.

Em muitos núcleos dispersos, excetuando-se os citados, a pesca ainda que mantida durante todo o ano, somente tem caráter comercial em determinadas épocas. Em Camboriú, Itapema, Imbituba, Araranguá e Araquari, — principalmente, a pesca comercial se relaciona estreitamente com as épocas de turismo (verão) quando o rápido crescimento de população repercute na demanda de alimentos. Trata-se de curto incentivo à extração excedente de pescada para fins comerciais, e mesmo assim de teor fraco uma vez que o turismo nesses recantos litorâneos se encontra em fase inicial (fig. 11).

Por outro lado, o verão não coincide com a pesca mais importante em todo o litoral — a da tainha.

Os núcleos de pesca ressentem-se da dificuldade de comunicação com centros consumidores, da ausência de equipamento técnico que possa atenuar a manifesta escassez de pescada, em determinadas épocas, pela ampliação do horizonte de exploração. Amarrados à costa, os pescadores são vitimados pela redução do pescada comercial e, assim res-

tringem-se a uma tarefa cada vez mais improdutiva para o futuro, caso permaneçam à espera do produto.

Sentindo-se claramente o problema da instabilidade da produção pesqueira, dependente do aparecimento de espécie que possibilite lucros maiores e da presença de mercados próximos condicionados à absorção imediata do produto

pescado, em face à rápida deterioração a que se sujeita, o pescador catarinense é impelido, na maioria dos casos, a dividir sua atividade principal com a agricultura.

Em alguns exemplos será difícil apontarmos o “gênero de vida” dominante, neste ou naquele núcleo, se implicarmos a noção de “gênero de vida” como atividade que mobiliza maior soma de energia, de trabalho de um grupo humano. Em muitas aglomerações humanas do litoral, imediatamente interpretadas como comunidades pesqueiras, encontraremos seus moradores dedicando-se inteiramente à pesca, outros apenas parcialmente, dividindo-se com a lavoura; e ainda outros que só muito esporadicamente atuam na pesca, optando quase totalmente pela lavoura ou outra atividade que absorve menor número dos integrantes da comunidade.

Cada “núcleo pesqueiro” seria, pois, representado por um conjunto de indivíduos que operam totalmente na atividade da pesca, por um outro que apenas dela se serve como recurso de produção e por um terceiro, que participa de trabalhos agrícolas, complementares à alimentação proveniente do pescado, propiciando pequena produção de consumo dominante local e parcas poupanças obtidas mediante diminuto comércio com outras áreas.

A instabilidade da produção pesqueira não poderia mesmo convergir exclusivamente para ela a soma de trabalho dos moradores locais e, além disso, mesmo em épocas de maior dinâmica de pesca, não é rara a falta de pescado, inclusive em núcleo de maior importância. Observa-se também que a pesca desenvolveu paralelamente à agricultura.

Sua freqüente superposição a esta, é devido também ao elevado índice de esgotamento dos recursos dos solos, acentuados em casos cuja participação das propriedades por questões de herança, há muito

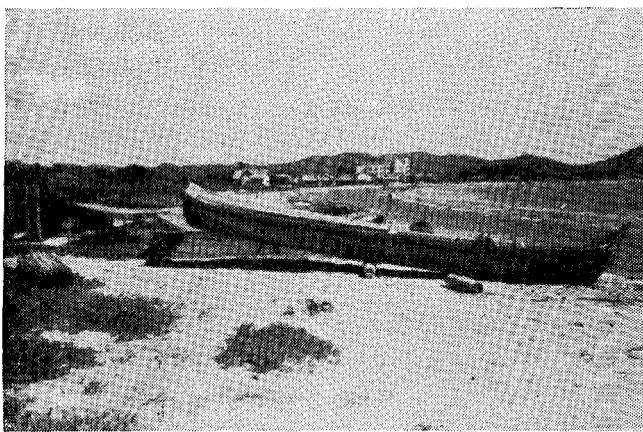


Fig. 11 — Uma canoa e uma rede atestam a existência de atividade pesqueira em Camboriú, pequena aglomeração politicamente urbana, que já se caracteriza como das mais procuradas zonas de veraneio do estado. A suntuosidade de hotéis (vistos no fundo) contrasta com o baixo padrão de conforto das habitações da pequena população de pescadores. O centro “urbano” está um pouco mais afastado da praia.

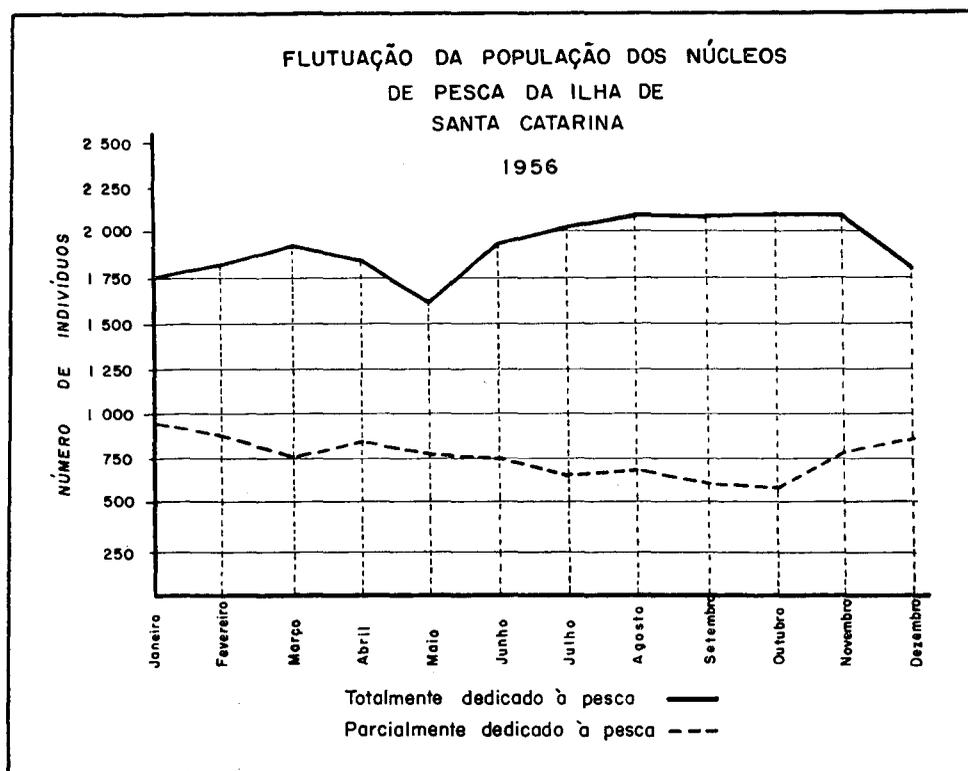


Fig. 12

tem gerado problemas de desequilíbrios econômicos nos antigos “lugares” onde se iniciou a colonização açoriana e o povoamento anterior.

Relatos históricos alusivos à colonização açoriana são bastante claros no que se refere aos objetivos vários que possuía, entre os quais o desenvolvimento agrícola necessário à sobrevivência dos colonos.

As dificuldades que enfrentaram os grupos açorianos no tocante às tentativas de valorização agrícola impeliram-nos gradativamente a optarem pela pesca que, em muitos exemplos, passou a constituir-se como forma de economia predominante.

Ainda hoje, embora a agricultura seja mantida ao lado da extração de espécies marinhas, os pescadores autênticos insistem na pesca, mesmo quando esta os leva a malogros repetidos e muitas vezes à ruína total. É muito mais freqüente o agricultor transferir-se inteiramente para a pesca do que o pescador integrar-se na agricultura.

Em nossas investigações observamos numerosos casos de indivíduos, pescadores, que se recusavam a aproveitar os pequenos trechos de terra arável, embora estivessem em extrema penúria. A pesca é para eles uma eterna esperança. Entretanto, há problemas vários que se defrontam com a lavoura, como já tivemos oportunidade de apontar, e que agora serão discutidos.

Os solos das baixadas litorâneas em geral são pobres, sendo muito baixo o rendimento agrícola, o que se agrava em virtude do rudimentarismo da técnica empregada.

Os agrônomos da ACARESC, quando interrogados sôbre a necessidade de planificação da economia litorânea, como depôs o Sr. GLAUCO OLINGER, mostram-se pessimistas quanto ao desenvolvimento agrícola em solos tão ácidos e de áreas que, em alguns casos, não sofrem a pressão de mercados, consumidores, além da dificuldade de transporte nessa faixa do território catarinense.

Sem dúvida alguma, os problemas que se agravam para as populações pesqueiras poderiam ser atenuados se se pudesse, com margem de rendimento econômico, estimular a atividade agrária.

É bem verdade que no litoral catarinense, a agricultura é encontrada sob a forma comercial em muitas baixadas quaternárias, como na de Tijucas, no vale do Itajaí (ainda que esta apresente características muito particulares sob o ponto de vista geográfico-físico e econômico-cultural). A fumiicultura e a lavoura canavieira constituem, via de regra, as principais lavouras comerciais da faixa litorânea das baixadas arenosas. Em se tratando, todavia de trechos onde se instalam os núcleos pesqueiros, atados à costa, e máxime entre a encosta e o mar, a agricultura é rudimentar, francamente de subsistência, voltada ao cultivo da mandioca, em primeiro plano, ao do milho, do feijão, de frutas e do café sombreado, ao lado de irregular e precária criação bovina e avícola de quintal. Em certos núcleos pesqueiros as condições da morfologia e dos solos impedem até mesmo a atividade da lavoura. Os núcleos dos Ganchos (Canto, do Meio e de Fora) são um bom exemplo. Encravados nos estreitos vales retalhados na encosta cristalina, o espaço arável torna-se exíguo, não só devido à aspereza do solo raso, como pelos blocos de massas gnáissicas (matacões) resultantes da ação conjunta da desagregação mecânica e decomposição química das rochas, tão evidentes nas bordas atlânticas catarinenses.

(Fig. 13)

Em espaços muito pequenos como



Fig. 13 — Gancho do Meio — Município de Biguaçu. Aspecto da localidade típica e predominantemente pesqueira. Galpões de embarcações, alinhadas na praia, e, mais afastadas, as habitações dos pescadores, de condições higiênicas e de conforto relativamente boas (em confronto com o generalizado aspecto de pauperismo de outros núcleos) se comprimem entre o mar e a encosta declivosa, desmatada, repleta de blocos "matacões". O núcleo é caracterizado no tocante às espécies pescadas, pela grande produção e salgamento de camarão. As embarcações mais numerosas são representadas por baleeiras motorizadas que possibilitam penetrações mais distantes pelos pescadores, aliás, reputados como os mais audazes do litoral catarinense.

sejam os “quintais” das habitações os pescadores plantam bananeiras que sombreiam pés de café, e outros cultivos permanentes, principalmente cítricos (laranja, bergamota). Trata-se, na verdade, de um arremêdo de “jardinagem tropical”, em que os cultivos se encontram em manifesta promiscuidade.

Na ilha de Santa Catarina, não apenas em relação aos núcleos de pesca, mas, generalizadamente, às propriedades rurais dos habitantes, ilhéus interioranos, a paisagem agrária se revela homogênea, dentro dessas características, com diferença apenas de grau. A lavoura principal é a mandioca, secundada pela do milho e pela do feijão, intercalados; aquêle, por vêzes, com a mandioca, e os pés de café sempre sombreados por bananeiras e ingazeiros, em trechos mais úmidos de solos menos arenosos e ácidos que comportam melhor outros cultivos além do da mandioca. Algumas cabeças de gado (em geral rústico), e pequeno

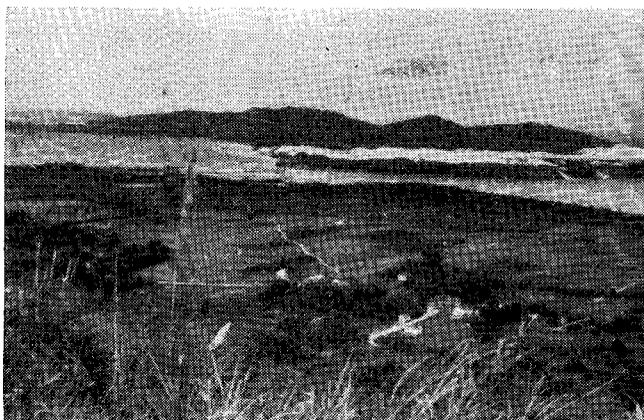


Fig. 14 — Tomada parcial da planície sedimentar quaternária da lagoa da Conceição, utilizada como área agrícola e de pastagem, a despeito do solo pobre. A lagoa é um dos ambientes buscados pela tainha, na época da desova. Abriga também grande quantidade de camarão e siri, embora ocorra redução do pescado, em face da intensidade e predadorismo da técnica de pesca. Outrora mais importante, continua a pesca na lagoa da Conceição a representar papel saliente na vida de muitos habitantes das proximidades.

o número de galináceos à solta, completam o variado quadro da propriedade agrária. (Fig. 14)

Nestes campos agrícolas, em que se salienta o aspecto da disposição desordenada dos cultivos, entremeados de capões, capoeiras, brejais e campos de criação, a população se dispersa, aqui e acolá, formando *habitats* de característica rural<sup>28</sup>.

Em vários trechos do litoral, compreendidos pelo domínio dos núcleos de pesca, a paisagem rural se repete, em relativa identidade de feições tanto humanas quanto físicas.

No fundo da “lagoa” de Imaruí as condições se particularizam pela rizicultura irrigada, além da extração do palmito nas encostas próximas, que atendem à indústria local de conserva de pescado e do referido produto. Os participantes da pesca atuam nessa extração e na agricultura, sendo que, para muitos, a lavoura é atividade básica.

No litoral de Araguari e São Francisco do Sul, a precariedade da agricultura entre os pescadores é relevante. A paisagem é francamente desordenada quanto ao espaço agrícola. A agricultura que se observa,

<sup>28</sup> Sobre aspectos do *habitat* rural açoriano é conveniente consultar análises desenvolvidas por ARMEN MAMIGONIAN, in *Atlas de Santa Catarina*, Publ. do DEGC, 1959. Florianópolis.

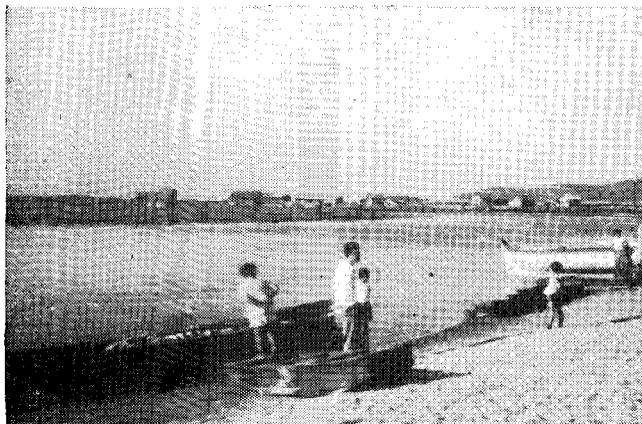
por exemplo, entre os pescadores da Barra do Sul, da Glória, etc... é quase uma coleta. (Figs. 15 e 16)

A lavoura entre os pescadores — lavoura “caçara” — como denomina BORGES SCHMIDT aplicando-a ao pescador paulista<sup>29</sup>, em grande parte do litoral brasileiro, é caracterizada pela eleição da mandioca como principal cultura. O cultivo de cereais (milho, arroz) é complementar. Em Santa Catarina merece realce o plantio do café som-

breado, aspecto da paisagem bastante típico em todo o litoral.

A mandioca torna-se indispensável para completar o alimento básico dessas populações — o peixe.

O cultivo da mandioca e sua preparação como ali-



mento prescindem de cuidados maiores, equacionando-se com a mentalidade atrasada do pescador. É alimento de fácil conservação, tanto sob a forma de raiz quanto de farinha. Adapta-se aos solos pobres das baixadas e das encostas das “serras” litorâneas, e sem grandes exigências facilita a tarefa de cultivo por parte de indivíduos destituídos de gran-



Fig.s 15 e 16 — Na primeira visão horizontal e parcial do núcleo pesqueiro de Barra do Sul, e na segunda vê-se pormenor da dispersão e promiscuidade do habitat. As casas, predominantemente de madeira, sem pintura; colocam-se desordenadamente na baixada arenosa, sem limites demarcados entre uma e outra. Dentro de uma propriedade, o pequeno curral de gado (uma ou duas cabeças), aberto, conjunde-se com o abrigo de porcos, à sôlta, e com o galinheiro.

des posses, circunstâncias necessárias a uma lavoura racionalizada. É bem verdade que a mandioca e o aipim requerem numerosos cuidados para que apresentem qualidade e rendimento. Em relação a outros cultivos é pouco exigente, mas isto não significa que esteja isenta de determinados cuidados. A superestimação da mandioca e do aipim, como

<sup>29</sup> *Lavoura Caçara* — Publ. do SIA do Min. da Agricultura — 1958.

cultivos “que dão em qualquer solo e de qualquer maneira”, é danosa e concorre para o rápido esgotamento potencial do solo<sup>30</sup>.

A posição que a lavoura ocupa no conjunto da atividade econômica dos núcleos pesqueiros varia de intensidade entre êsse ou aquêlê reduto, onde a preocupação geral é motivada pelo que o mar fornece. A lavoura, por vêzes, depende mais da resposta dada pelo mar do que pela da terra. O pescador, por mais dependente que se encontre dos produtos da lavoura para seu sustento, continua a olhar o mar como se estivesse alienado de seu sistema. Recusa a agricultura até onde pode. Suas poupanças, sejam ou não parcas, destinam-se preferencialmente à compra de equipamento de pesca. Investe lucros, quando os obtêm, primeiramente no mar, e se êste lhe garantir mínimos recursos, deixa a terra esquecida por completo. Se aquêlê se manifesta com usura, aí então, em extremo de penúria de vida, apela para a terra, pondo-se no eito da enxada, procurando desenvolver o cultivo da mandioca e de outros produtos de menor importância econômica, comercial ou puramente alimentar de subsistência. Mas, nem sempre o pescador é dotado de tratos de terra. Nesse caso o problema tende a soluções diferentes. O desemprego torna-se evidente nos núcleos de pesca, e ao pescador não resta outro recurso senão buscar outras áreas, onde possa prosseguir atuando na mesma condição anterior — a de “pescador”.

O pescador legítimo é aquêlê que associa a necessidade econômica a satisfações psicológicas; gosta de pescar. A lavoura lhe parece mais penosa que os perigos que a pesca implica. Há fenômenos singulares nesse tocante.

Apesar da totalidade de terras fracas do litoral, em alguns trechos as encostas caem suavemente para a baixada e são bastante aproveitáveis. No entanto, a lavoura é comumente observada nas partes baixas, cujos solos são menos produtivos. Em Garopaba observa-se êsse fenômeno do abandono das encostas e utilização das baixadas. Só recentemente é que se iniciou movimento de ocupação agrícola das encostas onde se encontram solos mais ricos. (Fig. 17)

A lavoura em baixadas é, via de regra, mais fácil, exige menor volume de investimentos e de técnica. Daí os solos mais pobres se tornarem os preferidos. Atualmente, em Garopaba, a agricultura começa a atingir as encostas dos terrenos mais elevados das formações cristalinas do embasamento, em função da redução do rendimento da pesca e da agricultura de baixada.

Enfim, entre os núcleos pròpriamente pesqueiros, a lavoura é secundária, transformada em simples recurso de produção; apresenta-se assim justaposta à atividade dominante sem que houvesse tal intenção. É, de certo modo, atividade antagônica à pesca, ainda que os pescadores dela dependam em parte, e em grau variável entre os diversos aglome-

<sup>30</sup> A respeito do cultivo da mandioca, consultar a obra de ARIOSTO PEIXOTO — *Mandioca* — Publ. do SIA, série “Produtos Rurais”, n.º 5.

rados do litoral. Sua importância é flutuante, ora devido aos limites do solo arável, ora devido à escassez do pescado.

Quanto ao regime da pesca, presume-se que é nitidamente instável, decorrente do surgimento ou não de espécies econômicas que "acostam", em quantidades que permitem ao pescador obtenção de excedentes comercializáveis.

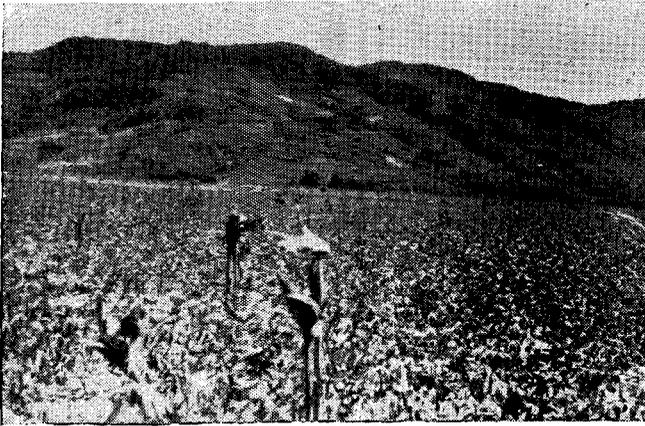


Fig. 17 — O milho intercala-se nos mandiocais da planície quaternária de Garopaba. A despeito da denominação de "pescadores" dada aos habitantes locais, e eles mesmos assim o afirmam, a atividade agrícola, tanto nos solos arenosos e pobres da planície, quanto nos cristalinos das encostas, mais ricos, assume grande importância, principalmente para o consumo local. A utilização das encostas, quase totalmente despidas da primitiva cobertura de mata, é mais recente que a ocupação da planície. Os descendentes de açorianos resistem à lavoura, embora sejam forçados a recorrer a ela.

A agricultura não apresenta condições para atenuar os efeitos, dessa instabilidade, de modo que a época de escassez de pescado comercial é época de liberação de mão-de-obra, empenhada nos trabalhos mais árduos da pesca.

De ano para ano parece engrossar o número de indivíduos que se situam à margem da atividade econômica nesses núcleos, número êsse que se avoluma à medida que a faina marinha se retrai.

A época de grande pesca (inverno) condiciona a agitação na vida geral dos núcleos. A oportunidade de aquisição de poupanças se abre, tentadoramente, resultando no abandono, por parte de muitos, das atividades lavoureiras. É uma espécie de deslocamento sazonal, se bem que seja orientado não para outra atividade agrícola, mas para a pesca.

Retomando dados coligidos por técnicos da FAO, quando efetuavam numerosas pesquisas sobre pesca no Brasil Meridional, em 1956, ilustraremos o fato referente à flutuação de atividades entre os pescadores.

No gráfico que segue abaixo, estão lançados, em conjunto, todos os pescadores dos núcleos da ilha de Santa Catarina (Ponta das Canas, Inglêses, Canasvieiras, Pântano do Sul, Lagoa da Conceição, Ribeirão da Ilha, Armação e outros menores que se dispersam ao longo da costa da ilha). O gráfico poderá nos dar uma idéia geral, porquanto as características dos demais núcleos não diferem muito. Ademais procuramos, em páginas atrás, ressaltar os núcleos que apresentam particularidades mais notáveis. (Fig. 12)

Observa-se que a população dedicada totalmente à pesca é mais numerosa entre os meses que se estendem de junho a novembro, período

do que abrange a “apanha” de duas espécies, das mais importantes como provedoras de fluxos de rendas: a da tainha, que em fins de maio começa a aparecer e se prolonga até fins de julho ou além, em determinados anos, e a pesca da enchova, cujo início coincide quase sempre com a finalização da pesca anterior, prolongando-se até fins de outubro.

Os dados, embora exaustivamente obtidos, não nos esclarecem sobre outros problemas, como o concernente ao deslocamento de pescadores entre os respectivos núcleos.

Esse fenômeno é verificado, ainda que tênueamente. Restringe-se a pescadores destituídos de quaisquer equipamentos e por isso relegados, à condição última na hierarquia funcional da operação pesqueira. Deslocam-se entre os núcleos, em busca de trabalho bastando que a pesca seja pressentidamente prometedora. São indivíduos sujeitos à marginalidade do processo econômico. Movimentam-se entre os núcleos do próprio estado. Infelizmente não se possuem dados mais concretos sobre o referido fato, indicativos da instabilidade da economia pesqueira.

O deslocamento mais importante de pescadores, porém, é aquele que já sistematicamente se orienta para as praias do Rio Grande do Sul. Pelo que pudemos apurar, mesmo sem efetuarmos medidas mais objetivas, conclui-se que tal deslocamento se avoluma cada vez mais.

Se pretendermos analisar a origem desse autêntico fenômeno migratório, encontraremos interações de causas das quais uma é imediata, específica, e outras, estruturais.

O motivo imediato de fuga de pescadores catarinenses para o Rio Grande do Sul é estabelecido pela possibilidade de lucros suscitados pela pesca da tainha, efetuada em época diferente entre os dois estados. A pesca da tainha, no Rio Grande do Sul, se apresenta como rara oportunidade para obtenção de capitais por parte dos pescadores. Apresenta-se, pois, como o eldorado para o pescador, ainda que insucessos tenham ocorrido a alguns esperançosos.

De todos os núcleos de pesca do litoral central e meridional de Santa Catarina, observamos um número variável de pescadores que já haviam estado em atividade pesqueira no Rio Grande do Sul. O retorno, pelo menos no momento, é assegurado à grande maioria. Pequena parte, portanto, se estabelece definitivamente no estado vizinho, atuando na pesca ou absorvido por trabalho diferente.

Os pescadores seguem, previamente garantidos sob a forma de contrato oral, e outros rumam espontaneamente. Em geral, conseguem, os espontâneos, oportunidade de trabalho, em face da demanda atual desse tipo de mão-de-obra.

O deslocamento se processa individualmente ou em grupos organizados ou sejam, equipes ou “companhias”, liderados por um proprietário de equipamento (rêde e embarcação). Exemplificando, um “patrão” de rêde, no ano de 1957, levou seus “camaradas” do núcleo pesqueiro da Praia de Santinho, (Florianópolis) para a pesca da tainha, conduzindo

a "companhia, as rêdes de arrasto e uma baleeira não motorizada. Totalizavam 32 membros. Durante quatro meses de atividade obtiveram um montante líquido que correspondeu a vinte e sete mil cruzeiros para cada membro da "companhia". O chefe do grupo, descontando os nove por cento destinados à Caixa do Crédito da Pesca, despesas com o transporte do equipamento e outras menores, obteve um lucro líquido de 100 mil cruzeiros.

Considerando-se a época, tal rendimento foi considerado um êxito financeiro para todos e, evidentemente, isto constituiria notável estímulo à procura de oportunidade nas praias do Rio Grande.

O fenômeno não poderá ser compreendido simplesmente pela afirmação de que os pescadores catarinenses tendem, em geral, a adquirir poupanças mais vultosas nas praias rio-grandenses. É necessário considerar que há fatores que condicionam o deslocamento do contingente humano, reveladores de aspectos estruturais da condição em que vive o pescador catarinense e das características do processo econômico da pesca, no Rio Grande do Sul.

Ademais, a emigração dos pescadores não obedece à atração exercida pela pesca da tainha. Também o camarão a promove, ainda que em menor escala, na época em que sua pesca é mais ativa. Assim sendo, somente parte dos emigrantes é que retorna, tão pronta seja terminada a pesca da tainha, permanecendo a outra restante, que estende sua temporada em áreas rio-grandenses.

Os pescadores denominam "pesca de seis meses" à fase mais prolongada de permanência no Rio Grande e que ultrapassa a época da matança das tainhas. Nesse caso, o camarão é a pesca para eles mais oportuna quanto aos lucros que possam obter, mas outras espécies também entram no cômputo das tarefas.

Os pescadores que retornam, por enquanto em sua grande maioria, em geral, possuem bens imobiliários em Santa Catarina, como propriedades territoriais, ou então sentem a inconveniência da remoção da família, quando a possuem.

Há casos numerosos de pescadores que buscam o Rio Grande do Sul com a finalidade dominante de auferir lucros para investir em compra de equipamentos de pesca, preferindo, caso obtenha os utensílios desejados, permanecer em áreas catarinenses. Nesse exemplo, se nos depara outra realidade da situação de muitos indivíduos empenhados na pesca, que reside na carência de material para desenvolver a atividade, tornando-se independente do sistema de exploração a que é submetido, quando não possuidor de equipamento próprio. O êxodo periódico do pescador catarinense reflete, pois, conjunturas econômicas e problemas particulares.

Quanto às causas estruturais, somos levados novamente a nos referir ao problema do evidenciado excedente de indivíduos, que vivem nos núcleos pesqueiros do estado catarinense.

A relativa hostilidade do ambiente é, em parte, responsável pela mobilização de energias e conhecimentos na atividade pesqueira, de modo que se inflete num impedimento à diversificação da atividade econômica (já que a agricultura é vitimada por esta hostilidade), assim sendo atua favoravelmente no crescimento de indivíduos sem recursos financeiros e sem condições de trabalho além de assimilação da técnica pesqueira.

Santa Catarina vem, assim, engrossando seu contingente obreiro voltado para a faina pesqueira, desde longo tempo, e agora o problema surge sob a forma de excesso de população funcionalmente específica às lides de extração dos recursos animais marinhos.

Alguns intérpretes desse fato (entre eles muitos pescadores por nós inquiridos), admitem que a escassez de pescado em água catarinense é causa importante a ser considerada para a explicação desse deslocamento humano. Acontece que a escassez do pescado é questionável. Verifica-se irregularmente; para o caso da tainha em verdade não podemos assegurar que ocorra essa redução. A quantidade de tainha pescada anualmente sofre flutuações e não gradativa diminuição. A falta dessa espécie, a principal como condicionadora do movimento de pescadores em direção ao Rio Grande do Sul, exerce pressão aguda, rápida, e a migração de pescadores se manifesta mesmo nos anos em que a tainha aparece com abundância.

A participação mais intensa dos barcos de outros estados, na pesca da tainha também tem sido acusada como causadora do afugentamento de pescadores para o Rio Grande.

Não podemos duvidar da existência de problemas decorrentes da competição imposta pelos barcos de pesca. Operam dentro da faixa, próxima à costa (proibida pelo Código de Caça e Pesca), burlando a vigilância das autoridades e interceptando os cardumes que tenderiam a acostar.

Mas, não podemos crer que sejam causas, somente se a associarmos a outras. Conseqüentemente, insistimos em que “o crescimento da população de pescadores exerce natural pressão nas comunidades de pesca”, e a solução que se apresenta (não se podendo contar com outras atividades), é buscar mercados de trabalho similar e, se possível, de ofertas mais compensadoras.

O número de pescadores cresce enquanto a produção permanece quase a mesma. O número de auferidores não poderia equacionar-se com o baixo índice de produtividade permitido pelos processos rudimentares utilizados na pesca. E, além do mais, os pescadores não possuindo instrumentos, se subordinam a regime de trabalho que os impossibilita de se tornarem proprietários de parques instrumentos e embarcações.

É preciso ressaltar logo, embora em linhas abaixo voltemos à questão, que o pescador não é proprietário de bens — “o camarada” — é extremamente pobre, e vítima de formas de exploração econômica,

que somente não colocam o explorador em condições economicamente alarmantes, em relação àquele, porque a produção ainda é diminuta, sob técnicas tão primitivas.

Outro complexo fenomenológico que urge registrar refere-se às condições em que se processa a economia pesqueira no Rio Grande do Sul.

O estado do Rio Grande do Sul, cuja estrutura econômica em expansão o situa fora da qualificação de estado subdesenvolvido, oferece, condições favoráveis ao incremento da pesca; esta atividade, por outro lado, é favorecida pela potencialidade dos recursos do mar. Sondagens oceanográficas têm revelado a considerável extensão da plataforma continental, com presença de bancos altamente piscosos. Algumas espécies, como a tainha, encontram propício abrigo na ampla lagoa dos Patos, reduto principal onde desovam.

O potencial dos recursos pesqueiros encontra no crescimento rápido de centros urbanos rio-grandenses, notável estimulante para sua dinamização. Acontece que o crescimento da demanda de pescado (principalmente em Pôrto Alegre) tem sido muito superior à capacidade de produção, tendo-se em vista o fator da mão-de-obra local disponível, que se fôsse numerosa poderia concorrer para aumento da produção.

As empresas de pesca no Rio Grande do Sul, incentivadas pela procura, puderam, com maior acêrto, lançar-se mais vigorosamente ao mar, comprando equipamento mais completo e mais modernizado e oferecendo salários mais elevados aos intermediários (proprietários de rêsdes, chefes de companhias) que contratam a mão-de-obra (pescadores "camaradas"). O movimento de solicitação dêsse tipo de mão-de-obra, por parte do Rio Grande do Sul, encontrou resposta pronta em Santa Catarina, repleta de excedentes em seus núcleos de pesca, ou mesmo de pescadores ativos mas em precário *status* econômico.

Reconsiderando alguns pontos essenciais do presente capítulo, salientaremos que o "problema principal, quanto às condições econômicas dos participantes da pesca, prende-se a um excesso dêsses indivíduos". Concomitantemente, a possibilidade de reintegração econômica dos mesmos é obstruída em outros setores de atividade, como o da agricultura, devido a problemas de solo, de mercados de consumo, de terra como bem de fixação, de transporte e de técnica.

A contextura metodológica da técnica pesqueira, no caso reconhecidamente obsoleta agrava o problema porque se traduz num aspecto de redivisão de lucros, em si já muito baixos, em si considerando os totais obtidos. Alterações radicais nesses processos poderiam repercutir favoravelmente no aumento da produção, mas não implicará, necessariamente, na melhoria das condições de vida de imensa massa de participantes.

O problema de excedentes tenderá a se intensificar pela natural redução da mão-de-obra, caso atividades complementares ou associadas

não apareçam para sua fixação. Dêsse modo, mesmo atendendo-se à provável ampliação de mercados de consumo, regionais ou interregionais, o fenômeno do deslocamento da mão-de-obra pesqueira não cessará, pelo contrário, se exaltar-se.

Vê-se, pois, que a concorrência de barcos pesqueiros não apresenta efeitos, se fôr considerada como causa dissociada de outros fatores. Convém-nos, pois, concluir com mais um adendo, referente a um engano que é muito difundido entre observadores apressados: atribuem alguns informantes que o escasseamento do pescado se deve à crescente intervenção de barcos pesqueiros de outras unidades da Federação, e que, resultantemente, pioram as condições econômicas dos pescadores catarinenses. A assertiva subentende uma irrealidade, qual seja a dedução de que nos tempos de abundância de pesca, as condições econômicas dos pescadores eram melhores. As épocas em que o peixe sobrava não correspondiam senão em casos individuais a maior bem-estar econômico nos núcleos pesqueiros. A ausência de meios de aproveitamento do pescado excedente, o baixo preço que possuía, e as mesmas formas de exploração da maioria integrante na atividade jamais, na realidade, corresponderam a uma equação entre maior quantidade pescada e mais elevado padrão de vida do pescador.

A concorrência dos barcos de pesca apenas, nos parece, se soma uma pronunciada tendência de encontrar-se o excesso de dependentes da pesca.

Finalmente, depreende-se que a intervenção administrativa é perfeitamente cabível para controlar a dinâmica do fenômeno, disciplinando-o, na medida das possibilidades da ação consciente do homem como agente de fenômenos sociais e econômicos.

### *Tipos humanos*

As referências que se possam fazer ao pescador, sobretudo quando objetivamos medidas inclinadas à solução de seus problemas, terão que ser filtradas para se evitar aplicações generalizadas. O pescador é uma realidade facetada, pois o complexo da atividade pesqueira determina especificação de funções e, conseqüentemente existência de problemas particulares a esta ou àquela modalidade de atuação inscrita no todo da atividade.

Isentos da intenção de estabelecer escalas hierarquizadas sôbre os indivíduos que ocupam funções determinadas na pesca, procuraremos identificá-los sumariamente, abstraindo critérios mais científicos que, necessariamente, exigiriam mensurações quantitativas, indispensáveis à compreensão da intensidade com que atuam os diferentes participantes da pesca. Assim teremos que operar em vista da característica de extrema variabilidade dos quadros funcionais em cada núcleo ou comunidade pesqueira; o método analítico seria dificultado pelo sentido do individualismo que se verifica na atividade, individualismo êste que

sòmente poderia ser apurado mediante sondagem exaustivamente completa, estando, pois, muito fora de nosso alcance.

Pesquisas visando à organização sociométrica dos participantes da pesca seriam altamente valiosas, sobretudo a ação governamental que pretende intervir no processo econômico em referência. Nossos intentos são nesse tocante, bem mais modestos; apenas buscaremos evidenciar esquematicamente a importância dos tipos humanos no setor econômico.

Distingue-se, inicialmente, o pescador como o elemento humano ligado à extração do pescado; aquêlo cujo meio de vida depende da flutuante obtenção dos recursos alimentares marinhos. Trata-se de um conceito eminentemente objetivo, e assim sendo teremos reduzido número de indivíduos cuja dependência econômica seja exclusivamente da quantidade de pescado obtido pela participação direta.

Em realidade, porém, o pescador, vincula-se tanto ao mar quanto à terra, donde extrai pequenos ganhos complementares; às vêzes, os proventos da lavoura tornam-se mesmo mais significativos que os da pesca, embora a designação corrente ainda lhe atribua o rótulo de — pescador. O elemento humano, no litoral catarinense, denominado de pescador, que depende do mar e da terra é o que numéricamente predomina.

A manutenção qualificada de pescador não é exata em termos objetivos e sim no sentido subjetivo. O pescador se identifica não sòmente pelo grau de dependência econômica do pescado, mas também por seu contexto cultural.

Nos aglomerados humanos em que a pesca se salienta, predominam certos padrões culturais que mais ou menos concorrem para o estabelecimento de uma unidade na mentalidade coletiva, e os moradores, sejam ou não puros dependentes da pesca, se sentem pescadores, pois participam dessa identidade cultural<sup>31</sup>.

O grau de interação cultural nos parece, em conclusão, ser válido para a caracterização e mensuração do montante de pescadores existentes no litoral catarinense.

A segunda distinção se refere ao sexo. O pescador é entendido, vulgarmente, sempre como o elemento masculino. A participação da mulher na atividade da pesca é restrita às operações de limpeza do pescado que se destina às indústrias de conservas ou pequenas salgas, que se encontram multiplicadas no litoral. Situa-se como simples auxiliar em tarefas que suscitariam o desvio do trabalho masculino, mobilizado notadamente para a extração.

As operações relacionadas à tecitura de rêdes, consertos e construção de embarcações, cabem unicamente ao elemento masculino, salvo pequenas exceções como a confecção de tarrafas, quase sempre realizada pelo elemento feminino. Em geral, tais serviços são feitos por

<sup>31</sup> Referente ao assunto CRISPIM MIRA apresenta interessantes observações sòbre aspectos do folclore litorâneo, in *Terra Catarinense*, Florianópolis, 1920.

pescadores mais idosos, devido à perda de vitalidade orgânica requerida para a árdua tarefa da extração. Entretanto, pescadores que se encontram em plena labuta, diretamente, no mar, também se dedicam àquelas tarefas e isto não constitui exceção à regra, sendo bastante freqüente.

Se a pesca é efetuada quase monopolizadamente em suas operações conexas, pelo elemento masculino, também é preciso ressaltar que há certa seleção por idade. O adulto masculino é sempre pescador ativo, que atua oficialmente na atividade. E, por adulto inclui-se todo aquele já dotado de considerável energia muscular, de modo que muitos jovens de 17 e 18 anos são vistos integrando a classe dos pescadores. As crianças realizam função semelhante ao elemento feminino. Têm papel importante, sobretudo nas zonas pesqueiras de camarão. Nas numerosas salgarias aí existentes, as crianças são aproveitadas na tarefa de descascar o produto a ser salgado.

Em alguns núcleos, como nos dos Ganchos, nos da Barra do Sul e nos de Laguna e Imaruí, o número de crianças de 10 a 14 anos, ou de menos ou de mais, chega a ser exorbitante, constituindo verdadeira apreensão. São potencialmente, pescadores, em número suficiente para



Fig. 18 — Os núcleos dos 3 Ganchos oferecem-se como interessantes campos de estudo das comunidades pesqueiras. As crianças, como as que se vêem na foto, ocupam importante posição no sistema da produção pesqueira. Devido às numerosas salgarias destinadas à conserva de camarão, o elemento humano infante-juvenil, consoante à exigência de mão-de-obra em face do primitivismo técnico, é largamente empregado. Este fato é uma exceção, pois a criação antes da idade de 12 anos, é economicamente inativa nos núcleos pesqueiros. Observa-se ainda o semblante entusiasmado dos meninos, a despeito de serem, em regra, mal nutridos, presas jáceis de doenças carenciais e de verminoses.

agravar, no futuro, o problema dos excedentes, caso não sejam orientadas para outras atividades. (Fig. 18, 19, 20)

Nas pescarias sob o processo de “arrastão”, as crianças e as mulheres intervêm suplementarmente, mas nem sempre, colhendo as “sobras” das tainhas que, saltando, conseguem burlar a prisão das rédes.

A época das tainhas e das enchovas (em alguns núcleos) marca, inclusive, a

quase interrupção das atividades escolares das crianças. Abandonam, em grande parte, os bancos das escolas, e ficam na expectativa dos “lanços”.

Nas atividades secundárias — da lavoura, — as crianças e o elemento feminino participam mais significativamente, embora, como já aventamos, não predominantemente, pois é ainda o elemento masculino a principal mão-de-obra.

O que foi por nós exposto sugere interpretações sociológicas em torno da questão da divisão de trabalho. O fato foge ao nosso campo de apreciação, e apenas concluiremos que a projeção masculina nos núcleos de pesca reflete permanência de alto grau de patriarcalismo em sociedades de escasso desenvolvimento técnico. As zonas de pesca são ambientes perfeitamente rurais, com particularidades culturais inerentes às inevitáveis conexões com o tipo de economia, mas tôdas

numa superestrutur ruralista.

Aprofundando um pouco mais as observações sôbre tipos humanos vejamos os mais numerosos e mais representativos de um complexo social e econômico:

a) *O camarada*:  
É o mais numeroso



dentre aquêles que se empenham na pesca. E também coincide com o "obreiro" que se encontra em condições econômicas das mais precárias. Seus proventos decorrem da partilha do pescado obtido, feito entre todos os componentes, em partes iguais, descontando-se a metade destinada ao proprietário da rêde e das embarcações. Há casos em que o "camarada" é assalariado, recebendo o esforço de seu trabalho em quantia fixada. Isto é raro, todavia. O processo de remuneração revela bem a sujeição econômica a que se expõe o "camarada".



Figs. 19 e 20 — Durante a grande safra de camarão, o núcleo pesqueiro de Barra do Sul, pertencente ao município de Araquari agita-se, mobilizando os habitantes para as tarefas ligadas à pesca: descascamento e salgamento de camarão. Na foto, membros de uma família de pescadores locais, tentam dar cabo de um montante de camarão que se destina a uma das salgais aí existentes. Na foto seguinte, vê-se uma quantidade de camarão, em parte descascado e estragado, que será jogada ao mar, em virtude da impossibilidade de aproveitamento. É frequente reinar a superabundância, ao lado da miséria, em núcleos de pesca.

O "camarada" pertence a uma unidade, a "companhia", variável em função do tipo de pescado, e nas diferentes zonas, mesmo tomando-se um só tipo de pescado. As "companhias" mais numerosas são as

que objetivam a pesca da tainha, pelo processo de “arrastão”. Elas permanecem organizadas para outras modalidades de pesca, subdivididas em grupos. Enquanto na pesca da tainha, a grande rêde funciona como elemento de unidade grupal, nas pescarias de menor vulto, as mais afastadas da costa, o tipo de embarcação é que exerce essa função de ligação grupal. Como as rêdes e as embarcações em geral são pertencentes a um só proprietário, o grupo maior — a “companhia” — tem sua unidade mantida. Tanto na “companhia”, quanto no “grupo” o processo de provimento dos lucros da pescaria ao “camarada” é o mesmo.

Em pescarias que não requerem instrumental muito oneroso, a proporção de “camaradas”, como membros integrantes de “companhias”, diminui; opostamente cresce o número de pescadores proprietários de utensílios de uso individual e o dos pequenos grupos. Nas zonas onde a tainha e a enchova são mais abundantes, as “companhias” constituem características identificadoras.

O “camarada”, enfim, é o pescador destituído de equipamento de pesca, com exceção do de uso pessoal, como a tarrafa, a coca, o anzol, etc... Entretanto, nada impede que um pescador proprietário funcione como “camarada”, mas todavia é raro.

A mobilidade vertical na escala econômica é grandemente dificultada para o “camarada”, como se depreende da relação que o enquadra no trabalho, já que se encontra na dependência de reduzidas poupanças que mal lhe dão para o sustento diário.

Aspira sempre possuir uma rêde, uma canoa, uma baleeira. Mas, o preço de qualquer desses equipamentos é por demais elevado, o que o situa, como espécie de “trabalhador braçal”, quase sempre estagnado, aprisionado à precária condição de vida econômica.

O “camarada” é o componente da tripulação (só pobre é que vai na embarcação, disse um deles), o puxador de rêdes, o empreiteiro das tarefas diversas da pesca.

Em face do complexo da atividade, o “camarada”, como tal, possui numerosas funções, em determinados tipos de pescaria. Entre elas, salienta-se a de “vigia”, em que o indivíduo é encarregado de observar o deslocamento de cardumes de tainha, enchova, sardinha, etc..., atuando também em outras operações, já que a pesca litorânea não se restringe apenas às espécies referidas que exigem sistemas próprios da ação humana.

O “patrão” do barco é também outro tipo de “camarada”, melhor situado numa escala hierárquica. Por vêzes, o patrão é o possuidor da rêde ou da embarcação, e conseqüentemente foge àquela categoria. Quando não, é o elemento de ligação entre o proprietário e os demais camaradas. É uma espécie de capataz, melhor aquinhoado nas partilhas. O “patrão” já é mais inclinado a tornar-se proprietário, por serem seus proventos mais elevados e, assim sendo, possui mais franco hori-

zonte para melhoria econômica. Apuramos alguns casos, inexpressivos em relação ao conjunto, em que o patrão é assalariado.

O “camarada” difere um pouco do mais comumente denominado “ajudante”. O primeiro integra, de um modo ou de outro, determinada equipe, em caráter mais estável. O segundo é apenas componente eventual de uma unidade, só solicitado quando há premência. Poderá, contudo, ser membro, mais ou menos efetivo de outra “companhia”. Tornando-se necessária a cooperação numericamente superior aos titulares de uma unidade, o “ajudante” aparece, espontaneamente ou por requisição. O número de excedentes, de marginais, nesse ponto, soluciona o problema imediatamente. Na pesca da tainha, por exemplo, seu concurso é quase sempre indispensável.

b) *O proprietário de equipamento pesqueiro*: É preciso salientar que a condição de “proprietário” não poderá imediatamente ser compreendida como a pertencente a indivíduos que gozam de elevado padrão econômico de vida. Embora se observem casos em que o “proprietário” é cidadão abastado, a totalidade só se coloca como abastada em relação ao restante dos indivíduos que operam na pesca. É conveniente, portanto, que se façam distinções entre tipos de “proprietários” segundo o valor de seus bens, ou sobre o valor médio anual gerado pela dinamização dos bens ligados à pesca.

Como proprietário de equipamento pesqueiro queremos referir-nos àquele cujas posses lhe possibilitam a organização de uma “companhia”, seja ela numericamente grande (de 15 a mais membros), seja ela pequena. O “proprietário” de equipamento pesqueiro é, para todos os efeitos, o dirigente de um grupo, mantendo com o mesmo contacto direto; coloca-se, pois, como orientador dos movimentos relacionados com a obtenção do pescado, ou então controla o grupo por intermédio de um auxiliar, denominado “patrão”. O pequeno proprietário, cujos bens não ultrapassam a posse de duas embarcações e duas rêdes grandes, vincula-se mais estreitamente ao mar. O proprietário de bens mais numerosos tende a se tornar absenteísta, não atuando mais na pesca propriamente, ampliando suas atividades para o comércio ou indústria do pescado. A maioria dos proprietários que não mais pescam, mas que continuam a depender economicamente da atividade, gerou capitais acumulativos, na própria pesca, que lhe possibilitaram novas inversões. Estas resultaram enfim no aumento de seu patrimônio. Em menor número verifica-se a participação de proprietários cuja compra do equipamento pesqueiro derivou de fluxos de renda gerados em atividades diferentes.

A evidência de que a pesca costeira não é muito lucrativa faz com que haja certa resistência à penetração de capitais externos. Disso resulta que encontraremos pequeno número de “proprietários” cujos capitais aplicados na pesca tenham proveniência de atividade econômica diferente. Os mais importantes são alguns possuidores de indústrias de conserva, como se exemplifica com a Cia. Hemmer da Penha, que sen-